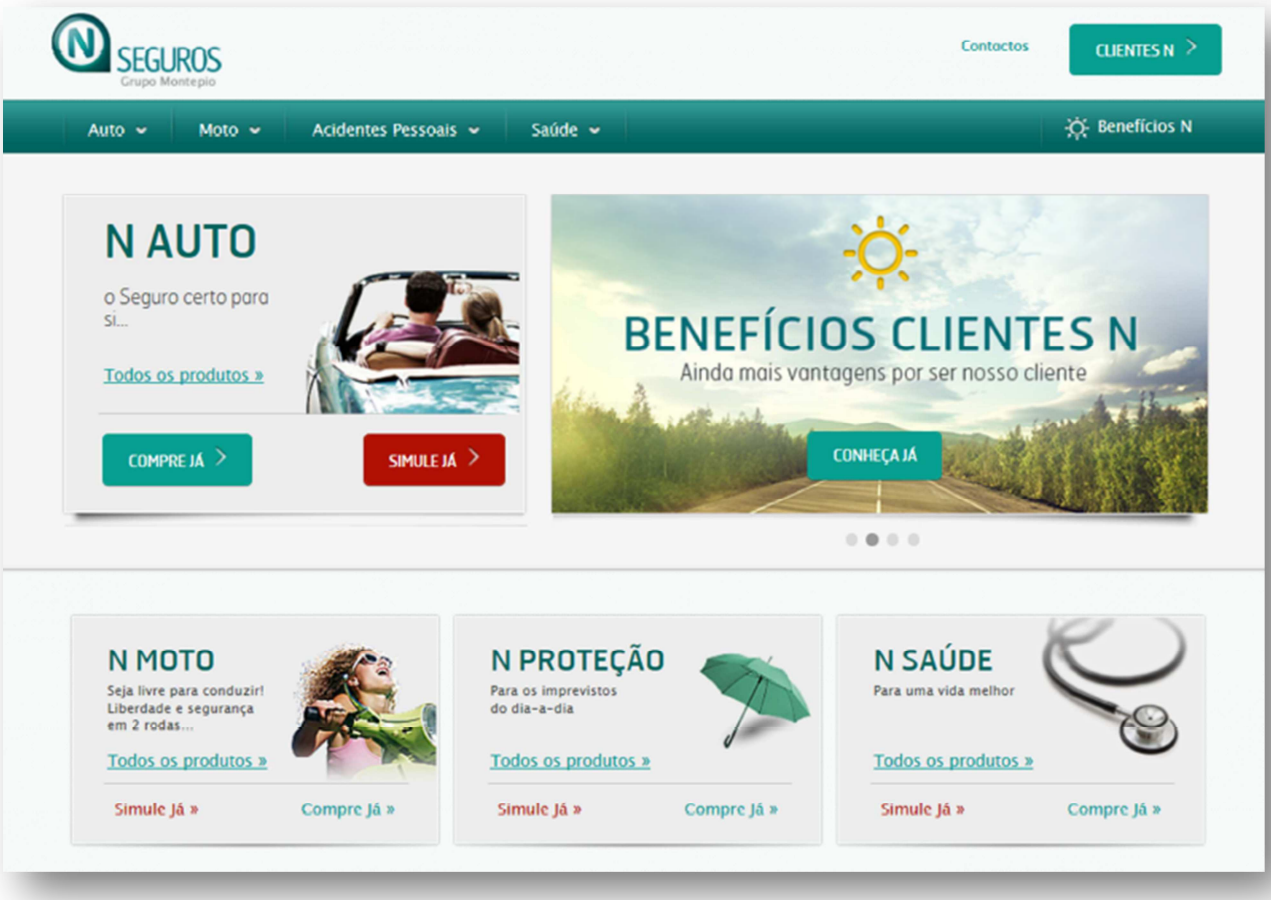
RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2014

N SEGUROS, S.A.



Índice

1. A ECONOMIA 4

1.1 ECONOMIA MUNDIAL 4
1.2 ECONOMIA PORTUGUESA 6
1.2.1 A Economia 6
1.2.2 O Mercado Segurador 8

2. A N SEGUROS EM 2014 10

2.1.PRODUÇÃO 11
2.1.1.Volume de Prémios 11
2.1.1.1. Prémios Brutos Emitidos (PBE) 11
2.1.1.2. Prémios Adquiridos e Prémios Adquiridos líquidos de resseguro 12
2.1.2. Nº de Apólices e Nº de Clientes 12
2.1.3. Quota de Mercado 13
2.2. SINISTRALIDADE 13
2.2.1. Taxa de Sinistralidade 13
2.2.2. Sinistros em curso, abertos e encerrados 14
2.2.3. Taxa de Encerramento 14
2.3. RESSEGURO 14
2.4. ANÁLISE FINANCEIRA 15
2.4.1. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido 15
2.4.2. Despesas Gerais 16
2.4.3. Resultado Operacional 17
2.4.4. Investimentos 18
2.4.5.Garantias Financeiras – Margem de Solvência 18
2.4.6. Aplicação de Resultados 18
2.5. POSICIONAMENTO E IMAGEM 19
2.5.1. Posicionamento 19
2.5.2. Comunicação Promocional 19
2.5.3. Patrocínios 20
2.5.4. Investimentos em Marketing e Comunicação 20
2.6. PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2014 20
2.6.1. Reestruturação do Site da N Seguros 20
2.6.2. Programas de Retenção e Fidelização de Clientes 21
2.6.3. Gestão de Riscos (Solvência II) 21
2.6.4. Gestão de Protocolos e Grupos de Afinidades 21
2.7.RECURSOS HUMANOS 22
2.7.1. Quadro de Pessoal 22
2.7.2. Formação e Cliente Mistério 23

3. PERSPETIVAS 2015 24

3.1 A Atividade Seguradora 24
3.2 A N Seguros 24

4. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO 25

5. OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS 25

6. ACÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS 25

7. DISPOSIÇÕES FINAIS 26

ANEXO 1. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 27

1. Estrutura do Governo 27
2. Identificação e Composição dos Órgão Sociais 27
3. Qualificação Profissional dos membros do Conselho de Administração e atividade exercida nos últimos anos 28
4. Política de Remuneração 29
5. Composição da Comissão de Remunerações 29
6. Remunerações Auferidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do art. 2º, da Lei n.º 28/2009) 30
7. Remunerações do Auditor/Revisor Oficial de Contas 30

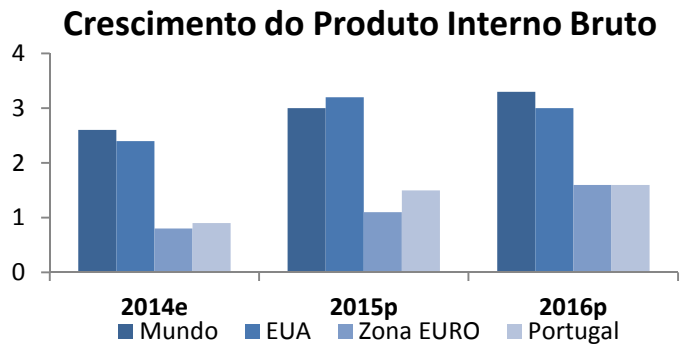
1. A ECONOMIA

1.1 Economia Mundial

Ao longo do ano de 2014, as previsões foram sendo gradualmente mais pessimistas, influenciadas pelo desempenho da Zona Euro e das economias emergentes. De acordo com o Banco Mundial, o crescimento ficou abaixo das expetativas, com o PIB mundial a crescer uns tímidos 2,6%, prevendo-se crescimentos de 3% e 3,3% para 2015 e 2016, respetivamente.

A recuperação das economias desenvolvidas tem sido desigual, com os EUA e o Reino Unido a atingirem taxas de crescimento de 2,4% e 2,6%, respetivamente, em 2014, a Zona Euro a ficar-se pelos 0,8% e o Japão pelos 0,2%. Saliente-se, ainda, o caso da Rússia, que, atingindo uma taxa de crescimento de 0,7%, em 2014, espera uma recessão de 2,9%, em 2015. A China está a crescer a um ritmo robusto (7,4% para 2014), embora continue num caminho de desaceleração gradual.

No que diz respeito à Zona Euro, o ano ficou marcado por um fraco crescimento da atividade económica, muito condicionada pelos conflitos geopolíticos, com particular destaque para as tensões com a Rússia. As preocupações com as perspetivas de longo-prazo e os legados da crise (balanços deficientes e alto desemprego) pesam numa frágil recuperação e diminuem os benefícios esperados da sustentada descida dos preços do petróleo. Uma inflação persistentemente baixa levou o Banco Central Europeu a anunciar medidas de flexibilização adicionais em 2014, que incluem cortes nas taxas de juros, objetivos de provisões de liquidez e compras diretas de obrigações hipotecárias e outros títulos garantidos por ativos. Estes compromissos contribuíram para alguma depreciação do Euro, o que ajudou a suportar as exportações e a estabilizar a inflação, pairando, no entanto, a ameaça da deflação. O crescimento previsto para a zona Euro é de 1,1%, em 2015, e de 1,6%, em 2016 e 2017.



Fonte: Banco Mundial e Banco de Portugal

Nos Estados Unidos da América, a recuperação tem sido mais consistente, suportada por uma política monetária que reforçou as avaliações dos mercados de capitais e aliviou a consolidação fiscal. De acordo com as projeções do Banco Mundial, o crescimento, em 2014, deverá situar-se nos 2,4%, aumentando para 3,2%, em 2015.

O crescimento nas economias em desenvolvimento abrandou, em 2014, ficando-se pelos 4,4%, sendo expectável que acelere, em 2015, atingindo os 4,8%. As tensões sociais, as incertezas políticas e o enfraquecimento das exportações influenciaram negativamente o nível de confiança dos investidores. A recuperação anémica da Zona Euro e do Japão condicionou o comércio global, constituindo uma potencial fonte de perda para estas economias. Nos países exportadores, a perspetiva de estagnação do preço das mercadorias continuará também a impedir maiores ritmos de crescimento.

Nos mercados financeiros, as divergências económicas e financeiras nos dois lados do Atlântico, e a correspondente política monetária, foram marcantes nas decisões dos investidores, que, no ano de 2014, voltaram a privilegiar os ativos de risco norte-americanos. Em termos de ganhos acumulados, destaca-se o NASDAQ 100, com cerca de 19%, logo seguido pelo S&P 500, com um ganho de cerca de 12% e o DJI, com 8%. Apesar dos valores serem menores do que os registados no ano anterior, os índices referidos atingiram, em 2014, novos valores máximos. As bolsas europeias tiveram uma performance insatisfatória e as expectativas iniciais de consolidação da retoma não se concretizaram. O EUROSTOXX acabou o ano com um ganho de 1%, enquanto o DAX alemão registou um ganho acumulado de 2,2%, destacando-se, assim, perante a queda de 0,8% do CAC 40. Nos índices ibéricos, enquanto o IBEX 35 teve um ganho acumulado de 3,6%, o PSI20 registou uma queda de 27,4%.

	PAÍS	ÍNDICE	VAR. % 2014
Europa	Alemanha	DAX	2,2%
	França	CAC 40	-0,8%
	Portugal	PSI 20	-27,4%
	Espanha	IBEX 35	3,6%
EUA		Nasdaq	18,5%
		S&P 500	11,5%
		Dow Jones I.A.	7,5%
Ásia	Japão	Nikkei 225	8,1%
América Latina	Brasil	Bovespa	-2,9%

Fonte: Banco BPI – Departamento de Estudos Económicos e Financeiros

Ao nível do mercado cambial, em 2014, o câmbio EUR/USD atingiu o seu valor máximo, de 1,3992, em Maio, iniciando, desde aí, uma tendência de queda bastante expressiva, que levou a cotação EUR/USD ao valor de 1,20. O euro perdeu, ainda, 7% face à libra,

com o câmbio EUR/GBP a situar-se em torno de 0,7750. O ano de 2014 mostrou ser dos mais desfavoráveis para as moedas das economias emergentes, que registaram momentos de forte instabilidade e perda de valor para as moedas mais fortes. As tensões geopolíticas e militares levaram o rublo russo a depreciar 77%, face ao USD, durante o ano.

Em suma, o ano de 2014 ficou marcado por um crescimento abaixo do esperado, não confirmando as expectativas que existiam no início do ano. Embora seja de esperar uma recuperação mais consistente da atividade em 2015, o abrandamento da China e a evolução do preço das mercadorias (nomeadamente do petróleo) constituem importantes fatores de risco para o próximo ano.

1.2 Economia Portuguesa

1.2.1 A Economia

De acordo com as previsões do Banco de Portugal, a economia portuguesa registará um crescimento em torno dos 0,9%, convergindo ligeiramente com a Zona Euro. A procura interna contribuiu, mais do que se esperava, para o crescimento anual, enquanto a procura externa líquida contribuiu negativamente. Apesar do bom desempenho, a atividade continua, ainda, muito marcada pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado, caraterizado, também, pela incapacidade de reduzir o endividamento externo.

	2014p	2015p	2016p
Produto Interno Bruto	0,9	1,5	1,6
Consumo Privado	2,2	2,1	1,3
Consumo Público	-0,5	-0,5	0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	2,2	4,2	3,5
Procura Interna	2,3	1,0	1,5
Exportações	2,6	4,2	5,0
Importações	6,3	3,1	4,7

Fonte: Banco de Portugal; tva, em %

Nos próximos anos, o Banco de Portugal prevê um crescimento de 1,5% e 1,6%, para 2015 e 2016, respetivamente, apontando, assim, para a continuação de uma trajetória de recuperação gradual da atividade económica, iniciada em 2013, ligeiramente acima do esperado para a Zona Euro. Este cenário contempla a manutenção do crescimento

das exportações e uma aceleração da formação bruta de capital fixo. Espera-se, ainda, um contributo positivo da procura externa líquida, revelando a continuação da reorientação da economia portuguesa para os setores transacionáveis.

As exportações acabaram por ter um desempenho abaixo do esperado, crescendo 2,6%, em 2014. O encerramento de uma unidade de refinação, nos primeiros meses do ano, acabou por influenciar negativamente esta variável. No entanto, o dinamismo da exportação de serviços, em particular do turismo, fazem prever uma evolução mais positiva deste indicador no futuro. As importações apresentaram um crescimento de 6,3%, ficando acima do esperado e espelhando a retoma mais acentuada da procura interna.

Em 2014, o consumo privado cresceu 2,2%, devido, não só, ao aumento do consumo corrente de bens e serviços, mas, também, ao aumento no consumo de bens duradouros, refletindo a boa evolução do rendimento disponível. Apesar de condicionado pela consolidação orçamental, o aumento do salário mínimo nacional e o recuo do governo em relação aos cortes adicionais nos salários públicos muito contribuíram para este desempenho. O investimento registou um aumento de 2,2%, evidenciando uma melhoria nas condições de financiamento, apesar de condicionado pelos elevados níveis de endividamento.

Ao nível da inflação, a projeção do Banco de Portugal aponta para 0,7%, o que espelha a tendência de queda acentuada nos preços do petróleo e das mercadorias. O baixo crescimento dos preços favorece o poder de compra das famílias e poderá traduzir-se em mais consumo. Contudo, num cenário em que o crescimento também é fraco, pode ter efeitos negativos no comportamento dos rácios de endividamento público e privado.

A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital. De facto, a desalavancagem dos setores público e privado, os limitados níveis de capital produtivo por trabalhador e o baixo dinamismo previsto para os principais parceiros comerciais – com destaque para o conjunto da Zona Euro – continuarão a condicionar o crescimento da economia portuguesa no futuro.

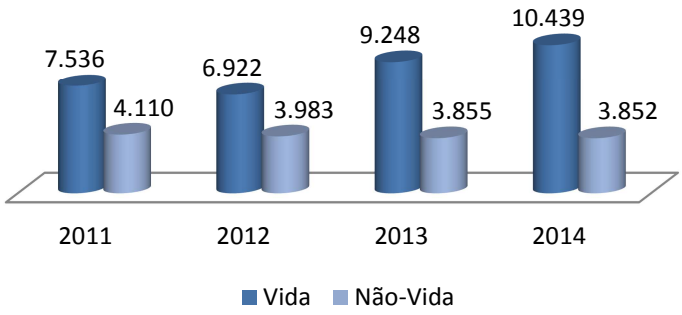
Tendo em conta os desafios existentes, o processo de reformas estruturais e os incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano devem ser aprofundados. Estas condições são indispensáveis para promover uma melhor afetação dos recursos e o crescimento da produtividade, contribuindo, assim, para o aumento sustentado dos níveis de bem-estar económico em Portugal.

1.2.2 O Mercado Segurador

De acordo com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em 2014, a produção de seguro direto registou um valor de 14,3 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 9,1%, em relação ao ano anterior. Esta evolução teve, no entanto, dois contributos diferenciados: o ramo Vida manteve um crescimento substancial, ainda que em menor escala do que em 2013, tendo aumentado quase 13%; o ramo Não Vida apresentou um decréscimo de 0,1%, face ao período homólogo.

Do ponto de vista global e confirmando-se, em 2015, as expectativas de reforço do crescimento económico para Portugal, a trajetória de crescimento do mercado segurador deverá acentuar-se e estender-se de forma consistente aos ramos Não Vida.

Evolução dos Prémios



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

O bom desempenho do setor foi, assim, bastante influenciado pela performance do ramo Vida, que representa 73% (71% no ano anterior) da produção total. Os Planos de Poupança Reforma, que aumentaram 58,5%, correspondem, agora, a 17% do total do ramo (contra 11,8%, em 2013).

A ligeira quebra (-0,1%) verificada no ramo Não Vida resultou do impacto negativo dos ramos Automóvel (-2%), e Incêndio e Outros Danos (-1,2%). É de assinalar, no entanto, a reversão da tendência decrescente da modalidade de Acidentes de Trabalho, que cresceu, em 2014, 0,9%. Espera-se que esta modalidade tenha um comportamento positivo, em 2015, considerando, também, as expectativas de melhoria da atividade económica.

No segmento Automóvel, que representa 38% da produção Não Vida, o decréscimo de 2% sinaliza uma desaceleração, face à variação verificada em 2013 (com uma perda de

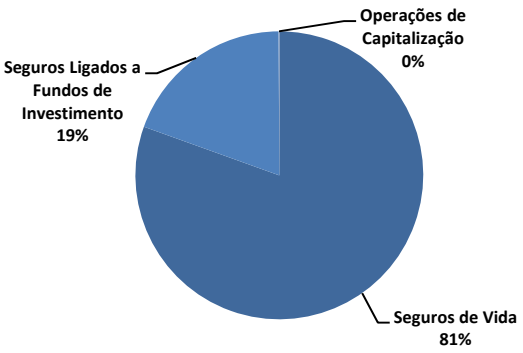
5,8%). A modalidade Veículos Terrestres, que em 2013 tinha registado um decréscimo de 9,4%, apresentou, em 2014, uma ligeira redução, de apenas 0,7%. No entanto, a modalidade Responsabilidade Civil não voltou a decrescer, recuando 2,9%, contra 4,2% no ano transato. As restantes modalidades do segmento Automóvel registaram crescimentos, face a 2013 - Pessoas Transportadas: 1,6%; Mercadorias Transportadas: 7%.

	2012	2013	2014p	Δ 14/13
VIDA	**6.922**	**9.248**	**10.439**	**12,9%**
Seguros de Vida	4.819	7.314	8.401	14,9%
Seguros Ligados a Fundos de Investimentos	1.954	1.930	2.031	5,2%
Operações de Capitalização	150	4	7	66,1%
NÃO-VIDA	**3.983**	**3.855**	**3.852**	**-0,1%**
Acidentes e Doença	1.261	1.232	1.259	2,2%
Acidentes de Trabalho	556	511	516	0,9%
Doença	551	571	589	3,3%
Acidentes (Outros)	154	151	154	2,3%
Incêndio e Outros Danos	767	760	751	-1,2%
Automóvel	1.569	1.478	1.449	-2,0%
Restantes	386	384	393	2,3%
TOTAL	**10.905**	**13.104**	**14.292**	**9,1%**

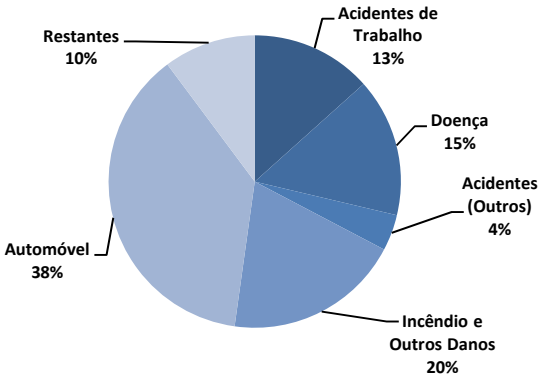
Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Em 2014, os prémios de Doença voltaram a ter um comportamento positivo, verificando-se um crescimento, de 3,3%, valor ligeiramente superior ao registado no ano transato (3,2%), evidenciando o interesse crescente e contínuo dos consumidores por este tipo de seguros, tendo em conta a comodidade e a celeridade no acesso aos cuidados de saúde, a crescente confiança e melhoria de imagem da atividade seguradora e o aumento das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde.

Composição Prémios Vida 2014



Composição Prémios Não Vida 2014



No que se refere a outras modalidades Não Vida, como Mercadorias Transportadas, Aéreo, Marítimo e Transportes, constata-se uma tendência de queda, embora mais acentuada para as duas últimas (-18,5% e -10,3%, respetivamente). Relativamente a Diversos, observou-se um crescimento, de 5,9%, ficando acima do crescimento registado no ano anterior (4%).

2. A N SEGUROS EM 2014

Sendo a N Seguros, S.A. (N Seguros) uma seguradora de canais diretos, cuja atividade assenta maioritariamente no ramo Automóvel, dirigida a clientes particulares, a tendência de redução do prémio médio fez-se sentir de forma substancial no desempenho da empresa, à semelhança do que se verificou no mercado. Apesar do esforço realizado na captação de novas apólices, com uma variação positiva, de 7%, no ramo Automóvel e de 16%, no total dos contratos novos, bem como, do crescimento de algumas coberturas facultativas, como as de Pessoas Transportadas (19,8%), de Assistência e Proteção Jurídica (que, em conjunto, cresceram 5,5%), a N Seguros viu o seu volume de prémios brutos emitidos reduzir-se, em 1,4%, por efeito das modalidades Responsabilidade Civil e Veículos Terrestres, que decresceram, respetivamente, 3,7% (um desempenho ligeiramente superior ao mercado) e 9,2% (uma perda bastante mais acentuada do que a do conjunto das seguradoras). É de salientar, no entanto, que a contração verificada, em 2014, foi menos acentuada do que a verificada no exercício anterior (em 2013, o volume de prémios reduziu-se 4,7%).

Não obstante este impacto, as medidas implementadas ao longo dos últimos anos, direcionadas para uma melhor seleção do risco, maior eficiência nos investimentos, uma dinâmica comercial mais eficaz e um melhor aproveitamento das sinergias de grupo, conferiram à N Seguros a solidez e resiliência necessárias para resistir aos efeitos do setor, revelando-se determinantes no prosseguimento dos principais objetivos estratégicos: Rentabilidade, Qualidade e Eficiência, tornando o posicionamento da Companhia, progressivamente, mais sólido.

Por outro lado, a manutenção de políticas restritivas ao nível da subscrição, seleção de risco e saneamento de carteira, assim como, um elevado volume de anulações, que, em 2014, apresentaram um crescimento de, aproximadamente, 20% (em parte devido à pressão provocada pela redução dos prémios médios no mercado), contribuíram para a contenção dos prémios brutos emitidos. Este efeito, apenas foi contrariado, em parte, por uma maior eficácia ao nível da estratégia comercial implementada, a qual garantiu um crescimento substancial nalgumas coberturas facultativas, de elevada

rentabilidade, e uma maior diversificação da carteira, por via do ramo de Acidentes e Doença que, em 2014, representou 8,4% do total dos contratos novos subscritos.

Por fim, tendo em conta o equilíbrio técnico e a sustentabilidade operacional do exercício em análise, estima-se que, ao longo do próximo ano, a Companhia continue a apresentar uma evolução favorável. Adicionalmente, face à perspetiva de melhoria do quadro macroeconómico e dos respetivos efeitos na atividade seguradora, prevê-se a continuação de resultados positivos em 2015, de acordo com o orçamento e com o plano de negócios aprovados.

2.1.Produção

2.1.1.Volume de Prémios

2.1.1.1. Prémios Brutos Emitidos (PBE)

Em 2014, a Companhia apresentou uma redução global de 1,4%, nos prémios brutos emitidos, com o ramo Automóvel a reduzir 2,1%, particularmente pressionado pelas modalidades de responsabilidade civil (RC) e veículos terrestres (VT), conforme anteriormente referido. Salienta-se, no entanto, que a contração verificada no exercício que agora termina foi menos acentuada do que em 2013 (-4,7%), em linha com a contração observada no mercado nestes dois períodos.

A contribuir positivamente para a evolução dos PBE, as coberturas de Pessoas Transportadas, Assistência e Proteção Jurídica apresentaram um crescimento acumulado de 9,2%. O ramo de Acidentes e Doença apresentou, também, um desempenho bastante positivo. Estes crescimentos contribuíram, positivamente, com 2,4%, para o total dos prémios brutos emitidos, enquanto as modalidades RC e VT tiveram um impacto negativo, de, aproximadamente, 3,8%

Adicionalmente, importa referir que, em 2014, os contratos subscritos com fracionamento mensal apresentaram, ainda, um peso importante na totalidade dos contratos novos (cerca de 41%), resultando num menor volume de prémios emitidos, face a outros fracionamentos.

(Milhares de euros)	***2013***	***2014***
Prémio Brutos Emitidos	*11.541*	*11.385*

2.1.1.2. Prémios Adquiridos e Prémios Adquiridos líquidos de resseguro

Em 2014, assistimos a uma redução de 4,5% nos prémios adquiridos e de 4,4% nos prémios adquiridos líquidos de resseguro, estes últimos beneficiando de uma ligeira melhoria nos custos de resseguro. Refira-se, no entanto, que o aumento dos contratos subscritos sem fracionamento, no último trimestre, contribuiu para o aumento dos prémios não adquiridos, nesse período.

(Milhares de euros)	***2013***	***2014***
Prémio Adquiridos	*12.123*	*11.578*
Prémio Adquiridos Líquidos de Resseguro	*10.759*	*10.291*

2.1.2. Nº de Apólices e Nº de Clientes

O bom desempenho na captação de novas apólices e clientes, nomeadamente, no ramo Acidentes e Doença, que a 31 de dezembro apresentava 1.749 apólices em vigor, contra 136 em 2013, representando 8,4% da totalidade das apólices novas subscritas no ano, permitiu que se verificasse um ligeiro crescimento nestes indicadores. Assim, em 2014, o número de apólices em vigor cresceu 0,2%, com o número de clientes a manter-se praticamente inalterado, verificando-se, em consequência, um pequeno aumento do número de apólices por cliente.

Num contexto difícil ao nível do ramo Automóvel, a N Seguros apresentou um decréscimo de apólices neste ramo (-2,3%), por efeito do elevado número de anulações (cerca de 30 mil contratos anulados). A pressão sentida para redução dos prémios tem incentivado o aumento das anulações e a rotatividade da carteira. No entanto, a capacidade verificada na captação de novas apólices demonstrou uma tendência positiva.

	2013	***2014***
Nº de Apólices em Vigor	***65.003***	**65.125**
Automóvel	64.867	63.376
Acidentes e doença	*136*	1.749
Nº de Clientes	***63.709***	***63.732***

2.1.3. Quota de Mercado

Em 2014, a quota de mercado da N Seguros manteve-se estável, quer no conjunto dos ramos Não Vida, quer no ramo Automóvel.

	2013	***2014***
Quota de Mercado Não Vida	*0,31%*	*0,31%*
Quota de Mercado Ramo Automóvel	*0,72%*	*0,72%*

Por outo lado, considerando apenas o universo das seguradoras de canais diretos, em comparação com o exercício de 2013, a quota de mercado da N Seguros apresentou uma ligeira redução (0,03 pontos percentuais).

	2013	***2014***
Quota de Mercado Ramo Automóvel (Canal Directo)*	*11,98%*	*11,95%*

** Considerando os valores da Via Directa, Direct&Quixa, Seguros Logo e N Seguros.*

2.2. Sinistralidade

2.2.1. Taxa de Sinistralidade

De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores, em 2014, o ramo Automóvel apresentou um crescimento de 2,6% nos custos com sinistros.

Em 2014, na N Seguros, assistimos a um aumento da taxa de sinistralidade, em 3,5 pontos percentuais, o que representa uma variação dos custos como sinistros, antes de imputação dos gastos gerais à função de sinistros, de 4,1%, face ao período homólogo. Contudo, interessa realçar que este efeito resultou, exclusivamente, da existência de dois sinistros cuja provisão ultrapassou os limites definidos para o resseguro. Considerando a parte correspondente à responsabilidade dos resseguradores, a taxa de sinistralidade, em 2014, situar-se-ia nos 63,8%, representando uma redução de 0,9% nos custos com sinistros.

A manutenção de uma política de rigor na seleção de risco tem permitido manter um controlo efetivo sobre a evolução da sinistralidade da Companhia.

	2013	2014
Taxa de Sinistralidade	*63,5%**	*67%*+*
(Custo com Sinistros/Prémios Brutos Emitidos)		

** O cálculo da taxa de sinistralidade não inclui a imputação dos gastos gerais à função de sinistros*
+ O cálculo da taxa de sinistralidade não inclui as responsabilidades dos resseguradores

2.2.2. Sinistros em curso, abertos e encerrados

No que se refere ao número de processos abertos, em curso e encerrados, em 2014, verificou-se uma redução de, aproximadamente, 4,6% nos processos abertos e 5,8% nos processos encerrados, verificando-se uma aumento de 2,7% nos processos em curso.

	2013 (Qt.)	2014 (Qt.)
Sinistros Abertos	*12.530*	*11.960*
Sinistros em Curso	*2.932*	*3.011*
Sinistros Encerrados	*12.607*	*11.881*

2.2.3. Taxa de Encerramento

No que respeita à taxa de encerramento, em 2014, este indicador situou-se ligeiramente abaixo dos cem porcento (99,3%), ao nível de 2012.

	2013	2014
Taxa de Encerramento *(n.º processos encerrados/n.º processos abertos)*	*100,6%*	*99,3%*

2.3. Resseguro

Ao nível do resseguro, em 2014, o resultado foi favorável aos resseguradores, apresentando um saldo de 920 milhares de euros. A maioria dos prémios diz respeito às garantias contratadas no âmbito da assistência em viagem. Os correspondentes custos com sinistros são suportados diretamente pelo ressegurador.

O rácio de cedência bruto foi de 11,2%. Em comparação com o ano transato, os prémios de resseguro diminuíram 2,1%.

(Milhares de euros)	***2013***	***2014***
Prémios	*1.305*	*1.278*
Provisões para prémios não adquiridos	*59*	*9*
Custos com Sinistros	*0*	*367*
Resultado	*1.365*	*920*

Apresenta-se, de seguida, o painel de resseguradores de suporte ao programa de resseguro de 2014 (tratado de automóvel), o qual manteve um excelente nível de *rating*:

RESSEGURADORES	***S&P***	***AM Best***
COMPAGNIE SUISSE DE RÉASSURANCES (leader)	*AA-*	
MUNCHENER RUCK	*AA-*	
PARTNER RE	*A+*	
SCOR	*A+*	
MAPFRE RE		*A*
R+V VERSICHERUNGS-GESELLSHAFT	*AA-*	
ODYSSEY RE		*A*
NACIONAL REASEGUROS, SA	*A-*	
ASSURANCE MUTUELLES DE FRANCE		*A*
EUROP ASSISTANCE	*NR*	*NR*

Destaca-se, ainda, o importante papel desempenhado pela Companhia *Europ-Assistance,* no domínio da assistência em viagem.

2.4. Análise Financeira

2.4.1. Resultado Antes de Impostos e Resultado Líquido

No final do seu sétimo ano de atividade e pelo terceiro ano consecutivo, a N Seguros apresentou um resultado líquido positivo, de 302 mil euros. O resultado antes de impostos foi de, aproximadamente, 401 mil euros e os capitais próprios situaram-se nos 9,48 milhões de euros. O resultado alcançado, em 2014, que ficou aquém do valor

orçamentado, foi fruto de uma sinistralidade atípica no mês de julho que anulou 75% dos resultados positivos dos restantes meses do ano, acumulados até essa data.

(Milhares de euros)	***2013***	***2014***
Resultado Antes do Imposto	*1.150*	*401*
Resultado Líquido	*833*	*302*
Capitais Próprios	*-2.824*	*9.484*

Com o intuito de corrigir a situação dos capitais próprios da N Seguros, que à data de 31 de dezembro de 2013 apresentavam um valor negativo de 2.824 milhares de euros, e dar cumprimento às exigências do Artº. 35º, do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propôs, em Assembleia Geral de 31 de março de 2014, a realização de uma "operação harmónio", que foi aprovada pelo acionista e da qual resultou a cobertura dos prejuízos transitados acumulados, a diminuição do capital social para sete milhões e quinhentos mil euros e o aumento dos capitais próprios para 9.175 milhares de euros.

2.4.2. Despesas Gerais

No exercício de 2014, as despesas gerais da Companhia situaram-se um pouco acima dos 3,7 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de, aproximadamente, 6%, face ao exercício anterior. Este aumento resultou, no essencial, do aumento dos custos com pessoal (aproximadamente 207 mil euros).

Parte do acréscimo de custos verificado nesta rubrica resultou da integração do diretor executivo no quadro de pessoal da N Seguros, anteriormente em cedência temporária pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (acionista único) e cujo vencimento afetava a rubrica "serviços contratados". Refira-se, ainda, que o programa de formação lançado em finais de 2013, e que se prolongou ao longo de todo o ano de 2014, contribuiu, também, para o aumento desta rubrica, representando uma variação de 72%, face ao exercício anterior. A integração de vários colaboradores que, entre janeiro de 2011 e outubro de 2013, desempenharam funções em regime *outsourcing* resultou na transferência de custos da rubrica serviços contratados para custos com pessoal. Estes efeitos respondem por 50% do aumento verificado. Os restantes 50% correspondem ao crescimento da equipa para realização de ações comerciais: a integração de um consultor comercial para gestão do programa de protocolos e grupos de afinidades (de cuja implementação falaremos mais adiante) e o recrutamento de cinco assistentes de Contact Center para promoção e venda da cobertura de "Proteção do Condutor e Ocupantes" (ramo Pessoas Transportadas). Esta ação resultou num

crescimento de, aproximadamente, 20% da referida cobertura, o que corresponde a uma variação superior a 110 mil euros.
Complementarmente, torna-se pertinente salientar que a redução dos custos em serviços contratados não reflete os valores transferidos para custos com pessoal devido ao aumento de custos relacionados com serviços informáticos em *outsourcing*, serviços de consultoria e trabalho especializados.

(Milhares de euros)	***2013***	***2014***
Custos com Pessoal	*1.215,4*	*1.422,8*
Conservação e Reparação	*10,0*	*9,3*
Rendas e Alugueres	*167,2*	*168,2*
Comunicação	*196,9*	*219,4*
Serviços Contratados	*330,9*	*325,4*
Despesas de Representação	*1,9*	*3,8*
Seguros	*6,0*	*6,4*
Publicidade e Propaganda	*790,9*	*762,2*
Reintegrações/Amortizações	*250,0*	*267,0*
Outros	*538,8*	*532,3*
	3.507,89	***3.716,90***

2.4.3. Resultado Operacional

Em 2014, o resultado antes de impostos da N Seguros foi de 401 mil euros e o resultado líquido de 302 mil euros, conforme anteriormente referido. O resultado operacional foi de 3.177 milhares de euros. Embora, em 2014, tenhamos assistido a uma redução dos resultados da Companhia, o exercício demonstrou algum equilíbrio técnico e operacional, refletindo a consolidação das medidas que têm vindo a ser implementadas nos últimos anos.

(Milhares de euros)	***2013***	***2014***
Prémios Adquiridos	*12.123*	*11.578*
Custos com Sinistros (sem imputação)	*-7.326*	*-7.261*
Outras Provisões Técnicas	*333*	*153*
Resseguro	*-1.365*	*-1.287*
Custos de Aquisição Diferidos	*12*	*-7*
Resultado Operacional	***3.777***	***3.177***

2.4.4. Investimentos

O valor da carteira de investimentos da N Seguros registou, em 2014, um montante de, aproximadamente, 18,7 milhões de euros, dos quais mais de 90% estão alocados a obrigações e mais de 6% a dívida pública portuguesa.

(Milhares de euros)	***2013***		***2014***	
	Euros	*%*	*Euros*	*%*
Títulos Dívida Pública	*640*	*3,94%*	*1.201*	*6,43%*
Fundos de Investimento	*402*	*2,47%*	*381*	*2,04%*
Obrigações Diversas	*15.038*	*92,46%*	*16.839*	*90,15%*
Ações	*0*	*0,00%*	*0*	*0,00%*
Liquidez *(depósitos prazo/ordem)*	*185*	*1,14%*	*258*	*1,38%*
Total	*16.265*	*100,00%*	*18.678*	*100,00%*

O aumento do valor total de investimentos resultou das entradas em dinheiro realizadas pelo acionista único, a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., na sequência da "operação harmónio" anteriormente referida.

2.4.5.Garantias Financeiras – Margem de Solvência

As responsabilidades da N Seguros encontravam-se, à data de 31.12.2014, devidamente representadas, sendo a taxa de cobertura da margem de solvência de 256%.

2.4.6. Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea b) do número um do artigo 376º do Código das Sociedades, propõe-se que o resultado do exercício de 2014, registando um lucro no montante de 302.143,16 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva Legal: 30.214,32 euros;
- Dividendos: 271.928,84 euros.

2.5. Posicionamento e Imagem

2.5.1. Posicionamento

Em 2014, a N Seguros manteve as premissas estratégias que permitiram, ao longo dos últimos anos, rentabilizar os seus investimentos na área de marketing e comunicação.

Com uma relação de custo/benefício equilibrada, a eficácia do modelo implementado em 2012, assente na segmentação de produtos e clientes (em detrimento de uma comunicação em massa), no *cross* e *up-selling* e no reforço de parecerias estratégicas estáveis e duradouras, tem garantido crescimentos regulares, resultando, em 2014, na subscrição de mais de 30 mil contratos novos. Salienta-se, ainda, os desempenhos interessantes nos ramos Pessoas Transportadas e Acidentes e Doença, impulsionados pelo lançamento de ações internas e parcerias externas para a comercialização destes ramos.

Apesar do destaque atribuído aos investimentos realizados nos canais digitais, com uma presença cada vez mais regular nos diversos meios e uma forte aposta nas redes sociais, a N Seguros tem procurado manter algumas iniciativas nas áreas das relações públicas e patrocínios, desenvolvendo novas parcerias e realizando ações conjuntas, com benefícios diretos para os clientes da Companhia. Neste âmbito, Destacamos as parcerias estabelecidas com a "Midas", "Pestana Hotels e Resorts/Pousadas de Portugal", "Holmes Place" e "Zoomarine".

2.5.2. Comunicação Promocional

Tendo em conta os canais de distribuição que suportam a atividade da N Seguros, a realização de campanhas promocionais regulares e a permanente avaliação dos meios e conteúdos mais eficazes, assim como, a sua adaptação aos segmentos-alvo preferenciais e aos suportes de comunicação mais utilizados, tais como, "Search", "Display", "Afiliados" e Redes Sociais, foi determinante para os resultados alcançados em 2014.

No âmbito das Redes Sociais, procurou-se reforçar a presença da N Seguros no *Facebook*, quer através de diversas iniciativas realizadas na sua página institucional, quer por via da promoção de campanhas. Para além de representar uma ferramenta cada vez mais eficaz na captação de novos clientes é, também, um importante canal de promoção da imagem e aumento da notoriedade da Companhia, aproximando e fortalecendo a relação com o seu público-alvo.

2.5.3. Patrocínios

Pela sua importância mediática, destaca-se, pelo terceiro ano consecutivo, o patrocínio do festival de música "NOS Alive" que, para além da sua relevância em termos de notoriedade, permitiu à N Seguros realizar um conjunto de ações complementares dirigidas a um dos seus principais públicos-alvo (segmento feminino). Este patrocínio contou com um espaço dedicado às "futuras mães", as quais puderam assistir aos concertos em total segurança e conforto, com várias iniciativas lúdicas, apoiadas por uma enfermeira obstetra durante os 3 dias do festival.

2.5.4. Investimentos em Marketing e Comunicação

Tal como em anos anteriores, a evolução controlada dos investimentos em marketing e comunicação foi crítica para uma maior eficiência operacional e uma melhoria contínua nos serviços de apoio ao cliente, quer por via dos novos desenvolvimentos realizados no sítio da internet da companhia, quer através das ações, iniciativas e otimizações implementadas ao nível do Contact Center.

2.6. Principais Projetos Desenvolvidos em 2014

Os principais projetos desenvolvidos em 2014 resultaram do plano estratégico definido, que procura garantir a sustentabilidade da N Seguros, através da eficiência operacional, do rigor técnico, do controlo de custos, da eficácia comercial e da consequente rendibilidade.

2.6.1. Reestruturação do *Site* da N Seguros

Na sequência da reestruturação do sítio da internet (www.nseguros.pt), iniciado em 2012, e que resultou no redesenho de toda a área institucional, em 2013, deu-se início ao projeto de reestruturação da área de negócio – plataforma de simulação e subscrição –, que se prologou ao longo do primeiro semestre de 2014, visando garantir uma navegação mais rápida, simples e intuitiva e uma maior autonomia e melhor experiência global para os utilizadores. Esta intervenção permitiu melhorar as taxas de concretização e reduzir o abandono ao longo das várias etapas do processo de subscrição.

No segundo semestre de 2014, foram realizados testes para avaliar as mudanças introduzidas na plataforma da N Seguros e testar a sua adequabilidade a suportes

móveis (*tablets*). Para além da avaliação global do *site* da N Seguros, estes testes tiveram, ainda, como objetivo avaliar a plataforma móvel desenvolvida para *smartphones* (m.nseguros.pt).

2.6.2. Programas de Retenção e Fidelização de Clientes

Com o objetivo de promover uma menor rotatividade da carteira da N Seguros, em 2013, lançaram-se diversas iniciativas de retenção e fidelização dos seus clientes, as quais culminaram com a criação do programa N *Prestige*. Em 2014, foi dada continuidade a este programa com a introdução de novos parceiros, serviços e benefícios para os clientes, integrando medidas de natureza tecnológica, operacional e de marketing e procurando fortalecer a relação com a Companhia.

Para garantir uma melhor comunicação das vantagens disponibilizadas aos clientes, foi desenvolvida uma nova página no *site* (Benefícios Clientes N), para divulgação das condições atribuídas e dos procedimentos necessários à sua obtenção.

2.6.3. Gestão de Riscos (Solvência II)

Em consonância com a Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento e do Conselho Europeus, de 25 de novembro e com a Diretiva Omnibus II, para implementação do regime Solvência II, e de forma a cumprir com as exigências ao nível do capital de solvência, do sistema de governação, da autoavaliação de riscos, da divulgação pública e do suporte de supervisão, a N Seguros integrou o projeto da Lusitania - Companhia de Seguros, S.A., o qual permitirá acomodar, num novo sistema informático, todos os requisitos exigidos pelo novo regime, munindo a Companhia com os meios necessários para a sua correta implementação e cumprimento dos objetivos estratégicos definidos neste domínio.

2.6.4. Gestão de Protocolos e Grupos de Afinidades

Lançado em dezembro de 2013 e desenvolvido ao longo de 2014, o programa de gestão de protocolos e de grupos de afinidades teve como principais objetivos promover uma gestão mais adequada dos contratos em vigor, criar maior proximidade com as entidades protocoladas (em 2014 foram realizadas várias ações conjuntas) e aumentar o número de protocolos em carteira, com o respetivo aumento do número de seguros subscritos.

Ao longo do exercício, foram firmados diversos protocolos, cuja dinamização permitiu que o programa ganhasse maior relevância no seio da estratégia comercial da N Seguros, com espacial destaque para a qualidade do risco subscrito, o qual tem garantido bons níveis de rentabilidade.

2.7.Recursos Humanos

2.7.1. Quadro de Pessoal

A valorização dos colaboradores, a manutenção de elevados níveis de motivação e o desenvolvimento de competências têm sido preocupações centrais na gestão da Companhia. Em 2014, foi desenvolvido um programa de formação e realizadas várias ações específicas, em diferentes áreas, que envolveram 65 colaboradores, num total 2.542 horas de formação. Estas ações tiveram como objetivo promover a aquisição de novos conhecimentos e competências, incrementar os níveis de motivação e aumentar a produtividade ao nível de toda a empresa, com a consequente melhoria de resultados.

A promoção de um clima de bem-estar, envolvimento com a empresa e participação ativa, assim como, uma adequada política de promoções e mobilidade interna, têm sido, também, ferramentas importantes na gestão de expetativas, satisfação e estabilidade da estrutura de recursos humanos, resultando em baixos níveis de abandono e ganhos de produtividade.

O quadro de pessoal da N Seguros, no final de 2014, era composto por 68 colaboradores, dos quais 37 com vínculo por tempo indeterminado, 2 em cedência temporária pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., 27 com vínculo a termo certo e 2 com contrato de estágio.

	2013		***2014***	
	Qt.	*%*	*Qt.*	*%*
N.º Colaboradores	***60***	***100%***	***68***	***100%***
Direção	*1*	*2%*	*1*	*1%*
Área Operacional	*43*	*72%*	*48*	*71%*
Área Técnica	*14*	*23%*	*16*	*24%*
Área Mercado	*2*	*3%*	*3*	*4%*
Prémios / Colaboradores (m€)	*192€*		*167€*	
Nº Apólices / Colaborador (nº apólices)	*1.083*		*958*	

O aumento do quadro pessoal resultou das seguintes necessidades:

- Integração de duas estagiárias para as áreas de "Marketing" e "Gestão de Risco e Controlo de Gestão";
- Integração de uma colaboradora temporária na área de Gestão de Sinistros, para assegurar uma ausência por licença de parentalidade;
- Integração de 8 colaboradores na área operacional, para acautelar licenças de parentalidade e necessidades de reforço na área administrativa e comercial.

2.7.2. Formação e Cliente Mistério

No segundo semestre de 2013, foi lançado um programa de formação que se prolongou até ao final de 2014, tendo como principais objetivos a melhoria de competências na área da gestão de equipas, relacionamento interpessoal, gestão de clientes (internos e externos), assim como, a melhoria da capacidade comercial, com ênfase no *cross e up-selling* e seus respetivos impactos na qualidade de serviço e na eficácia comercial. O arranque do programa de formação contou com uma avaliação pré e pós-formação, que permitiu analisar o perfil de competências dos colaboradores da N Seguros, com base numa matriz de competências previamente construída para o efeito, e munir a estrutura da Companhia com uma importante ferramenta de gestão de recursos humanos, para além de identificar, por formando, as necessidades em termos de formação.

O programa de formação contou com diversos momentos de intervenção e diferentes metodologias, nomeadamente, ao nível da formação em sala, no acompanhamento dos colaboradores no exercício das suas funções, no *follow-up* e no *coaching*. Os resultados obtidos através desta iniciativa foram francamente satisfatórios, evidenciando melhorias graduais, mas relevantes, no desempenho da equipa.

Adicionalmente, ao longo de 2014, foram realizadas ações trimestrais de "Cliente Mistério", que permitiram analisar o desempenho comercial dos colaboradores da N Seguros (em comparação com os seus concorrentes diretos), assim como, avaliar a aplicação dos modelos e técnicas transmitidas ao longo da formação em sala. Estas ações foram complementadas com ações para correção dos desvios identificados.

3. PERSPETIVAS 2015

3.1 A Atividade Seguradora

Tendo em conta a elevada correlação entre a evolução da atividade económica e o desempenho da atividade seguradora, sobretudo no que diz respeito ao ramo Não Vida, 2015 poderá ser um ano de crescimento para as seguradoras, ainda que gradual. Ao nível do ramo Automóvel, existem expectativas positivas para a venda de veículos automóveis, tendo em conta o programa de abate de carros com mais de 10 anos, o que poderá ajudar a impulsionar o setor.

3.2 A N Seguros

Com uma operação recente (cerca de 7 anos) e vocacionada para o ramo Automóvel, o qual, nos últimos cinco anos, acumulou uma perda de carteira superior a 13% (*fonte: Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores*), a N Seguros tem enfrentado uma conjuntura particularmente desfavorável e desafios acrescidos na procura da sua sustentabilidade. Não obstante as dificuldades, a estratégia definida, assente na seleção de risco e no rigor técnico e operacional, numa política de investimentos equilibrada, na eficácia das suas ações de Marketing e Comunicação e, sobretudo, na melhoria dos níveis de satisfação dos seus clientes, permitiu tornar sustentável a operação, consolidando o posicionamento da Companhia e a obtenção de resultados positivos pelo terceiro ano consecutivo.

Perante a perspetiva de continuação da recuperação da economia e da transferência dos seus efeitos para o setor segurador, em particular, para os ramos Não Vida e para o ramo Automóvel, prevê-se que, em 2015, surjam novas oportunidades, que permitam impulsionar o crescimento da N Seguros e garantir uma evolução cada vez mais sólida e relevante.

O reforço das parcerias iniciadas em anos anteriores e o desenvolvimento de novas parcerias e áreas de negócio (com a entrada em novos ramos de atividade) assumirão um papel cada vez mais importante na distribuição e diversificação da oferta da Companhia. A aposta na segmentação de produtos, na inovação tecnológica ao nível dos canais de distribuição e na racionalização dos meios de comunicação (com forte destaque para os canais digitais, sem descurar a importância de outros meios) assumirão um papel central no plano estratégico da N Seguros no próximo exercício, procurando, desta forma, fortalecer a sua posição no mercado.

A resiliência demostrada nos últimos anos, as perspetivas de recuperação económica e o crescimento das vendas no setor automóvel, aliadas à dedicação e profissionalismo das suas equipas e à diversificação da carteira, serão fatores determinantes para garantir um bom desempenho nos próximos anos.

4. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO

Nos termos do disposto no art. 2º, do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro e do art. 21º, do Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, indica-se que, à data de 31/12/2014, não existiam quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal cujo pagamento esteja em mora, nem dívidas à Segurança Social.

5. OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém a sua política neste domínio.

Os investimentos da N Seguros S.A. procuraram ter em conta o tipo de operações que a Empresa realiza, de forma a garantir critérios de rendibilidade, liquidez e segurança, com observância dos princípios de diversificação e dispersão dos riscos.

A política de investimento, em 2014, foi definida pelo Conselho de Administração da N Seguros, o qual teve em atenção a situação do mercado de capitais, tendo optado por uma gestão prudente, onde a segurança e liquidez dos investimentos prevaleceu. Por esta razão, a utilização de produtos derivados, sendo permitida na medida em que contribua para uma gestão eficaz da carteira e para a redução do risco de taxa de juro e/ou cambial, não foi utilizada.

6. ACÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

De acordo com o n.º 5, do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, confirma-se que nenhum dos membros dos Órgãos Sociais detinha qualquer ação na N Seguros, S.A., em 31.12.2014.

Participação de Acionistas

De acordo com o n.º 4, do art. 448 do Código das Sociedades, informa-se que a LUSITANIA, Companhia de Seguros, S.A. detém 100% das ações da N Seguros, S.A.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Reconhecimento

O Conselho de Administração entende ser seu dever expressar o seu reconhecimento e agradecimento público às seguintes entidades:

- ✓ Aos Clientes, pela preferência com que distinguiram a Companhia;
- ✓ Ao Acionista, pelo relevante apoio e confiança que tem demonstrado;
- ✓ Aos membros da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas;
- ✓ À Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, pela atenção com que acompanha o desenvolvimento da Companhia;
- ✓ À Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores;
- ✓ Aos parceiros que acompanham e apoiam o esforço de desenvolvimento da Companhia;
- ✓ A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e dedicação.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2015

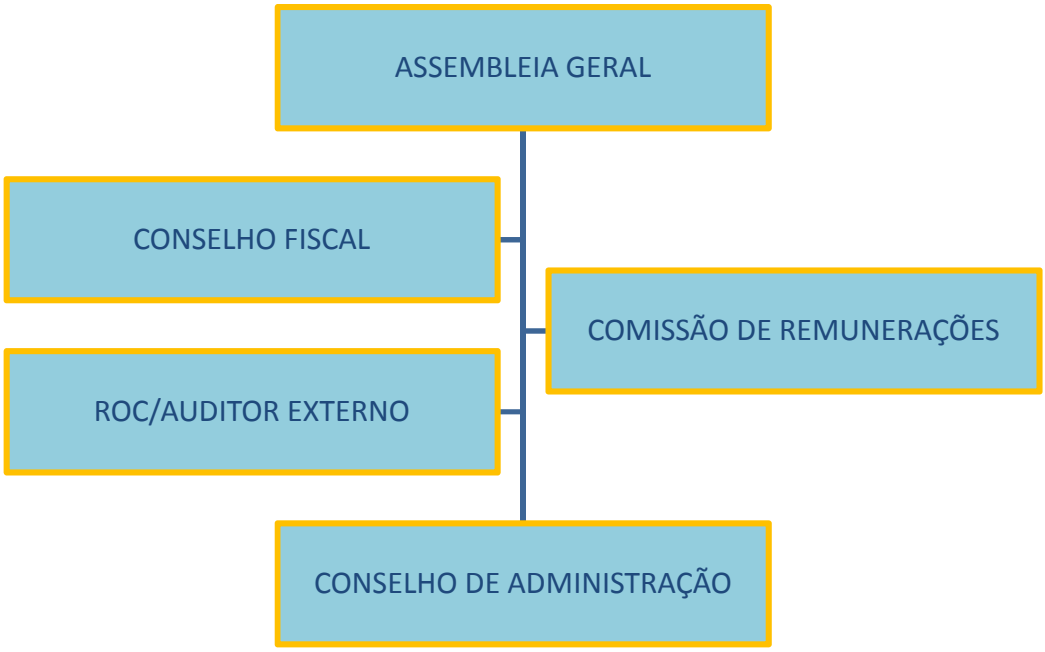
O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima (Presidente)

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo (Vogal)

ANEXO 1. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1.Estrutura do Governo



Nos termos estatutários, a gestão da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração, composto por dois a quinze membros eleitos trienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

Atualmente, o Conselho de Administração eleito para o triénio 2013/2015 é composto por dois Administradores – um Presidente do Conselho de Administração e um Administrador.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da Companhia com os mais amplos poderes. A Fiscalização dos atos de administração é exercida por um Conselho Fiscal, composto por três membros eleitos trienalmente em Assembleia Geral, podendo ser reeleitos.

2. Identificação e Composição dos Órgão Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Secretário	Joana Folhadela Marques

Conselho de Administração

Presidente	Virgílio Manuel Boavista Lima
Administrador	António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo

Conselho Fiscal

Presidente	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Vogal	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vogal	Armindo Marques Matias
Vogal Suplente	Manuel Quelhas Gomes

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

3. Qualificação Profissional dos membros do Conselho de Administração e atividade exercida nos últimos anos

Virgílio Manuel Boavista Lima, Presidente do Conselho de Administração

Qualificação Profissional: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e Mestre em Gestão, pelo mesmo Instituto.

Atividade nos últimos anos:

- Presidente do Conselho de Administração da N Seguros, SA, desde 2010;
- Administrador da LUSITANIA, Companhia de Seguros, SA, desde 2008;
- Administrador da SILVIP, Sociedade Gestora de Fundos e Investimentos Prediais, SA;
- Administrador da *Societé d'Investissement à Capitale Variable PVCi – Portugal Venture Capital Initiative*;
- Administrador da Caixa Económica de Cabo Verde;
- Administrador da "MG Fundos – Sociedade Gestora de Fundos";
- Administrador da "MG Patrimónios – Sociedade Gestora de Patrimónios";
- Membro do Conselho Geral do Montepio Geral e da Fundação Montepio Geral.

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo

Qualificação Profissional: Frequência do 4º ano do curso de Engenharia Técnica do Instituto Superior Técnico

Atividade nos últimos anos:

- Administrador da N Seguros, S.A. desde 2011;
- Assessor da Comissão Executiva da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. entre 2013 e 2014;
- Diretor Coordenador da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. desde 2005;

- Diretor de Serviços da Lusitania Companhia de Seguros entre 1992 e 2005;
- Diretor Geral Adjunto da Pearl Portugal, Companhia de Seguros entre 1987 e 1992.

4. Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, eleita em Assembleia Geral, determina a remuneração dos órgãos sociais da Companhia.

Nos termos da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações submete, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral, uma declaração contendo a política de remuneração dos órgãos sociais.

As remunerações dos órgãos sociais da N Seguros, S.A. foram aprovadas na Assembleia Geral de 31 de Março de 2014.

O Presidente do Conselho de Administração, Virgílio Manuel Boavista Lima e o Administrador, António Paulo Raimundo não auferem qualquer remuneração fixa e regular, nem lhes é atribuível qualquer componente de remuneração variável pelo exercício dos respetivos cargos.

Em matéria de Remunerações não existe recurso a consultores externos.

A proposta da política de remunerações para 2015, elaborada nos termos do estabelecido na circular da ASF n.º 6/2010, de 1 de Abril, tal como será apresentada à Assembleia de 30 de Março de 2015, consta do anexo ao relatório.

5. Composição da Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações eleita, para o triénio 2013/2015, é composta por:

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Vogal	José António de Arez Romão
Vogal	Maria Manuela Traquina Rodrigues

6. Remunerações Auferidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do art. 2º, da Lei n.º 28/2009)

a. **Agregado**
   Conselho de Administração – 0 euros
   Conselho Fiscal – 11.000 euros

b. **Individual**
   Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima:	0 euros
António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo:	0 euros

   Conselho Fiscal

José Augusto Perestrello Alarcão Troni:	4.000 euros
António Pedro de Sá Alves Sameiro:	3.500 euros
Armindo Marques Matias:	3.500 euros

7. Remunerações do Auditor/Revisor Oficial de Contas

O valor faturado pelos auditores externos/revisor oficial de contas, KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., ascendeu, em 2014, a 53.006,85 euros (com IVA à taxa legal em vigor) e compreende os trabalhos relacionados com a Auditoria Externa e com a emissão da Certificação Legal de Contas.

N SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
ATIVO

(valores em euros)

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Exercício 31/12/14			Exercício 31/12/13
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
15; 25	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	257.506	-	257.506	184.636
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-		
	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	588	-	588	-
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
16; 25	Ativos disponíveis para venda	6.566.585	-	6.566.585	1.476.364
17; 25	Empréstimos e contas a receber	-	-		
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
	Outros depósitos	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
18; 25	Investimentos a deter até à maturidade	11.853.565		11.853.565	14.603.563
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
19; 25	Outros ativos tangíveis	2.088.624	1.518.065	570.559	781.587
	Inventários				
	Goodwill	-	-	-	-
20; 25	Outros ativos intangíveis	469.481	469.481	-	-
	Provisões técnicas de resseguro cedido	721.218	-	721.218	363.113
21; 25	Provisão para prémios não adquiridos	354.236	-	354.236	363.113
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	366.982	-	366.982	-
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
22; 25	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.711.319	34.315	2.677.004	2.709.882
	Contas a receber por operações de seguro direto	1.714.790	23.647	1.691.143	1.619.801
	Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-
	Contas a receber por outras operações	996.529	10.668	985.861	1.090.081
23; 25	Ativos por impostos	276.537	-	276.537	418.971
	Ativos por impostos correntes	19.281	-	19.281	77.269
	Ativos por impostos diferidos	257.257	-	257.257	341.702
24; 25	Acréscimos e diferimentos	18.145	-	18.145	13.308
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	24.963.568	2.021.861	22.941.708	20.551.424

Técnico Oficial de Contas

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA POSICÃO FINANCEIRA
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores em euros)

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Exercício 31/12/14	Exercício 31/12/13
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	11.066.245	11.829.709
21	Provisão para prémios não adquiridos	2.756.975	2.943.313
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	8.081.059	8.505.441
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
21	De outros ramos	8.081.059	8.505.441
	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
21	Provisão para riscos em curso	228.210	380.955
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	9.000.000
	Derivados de cobertura		
26	Passivos subordinados	-	9.000.000
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
27	Outros credores por operações de seguros e outras operações	320.923	413.545
	Contas a pagar por operações de seguro direto	7.484	4.091
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	213.015	225.971
	Contas a pagar por outras operações	100.424	183.483
23	Passivos por impostos	231.518	348.748
	Passivos por impostos correntes	231.518	348.748
	Passivos por impostos diferidos	-	-
24	Acréscimos e diferimentos	1.839.112	1.783.828
	Outras Provisões	-	-
	Outros Passivos	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	13.457.798	23.375.830
	CAPITAL PRÓPRIO		
28; 31	Capital	7.500.000	12.500.000
28; 31	Outros instrumentos de capital	-	2.500.000
	Reservas de reavaliação	(8.422)	(17.102)
28; 31	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(8.422)	(17.102)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
	Reserva por impostos diferidos	1.769	4.276
	Outras reservas	1.688.420	-
28; 31	Resultados transitados	-	(18.644.174)
28; 31	Resultado do exercício	302.143	832.594
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	9.483.910	(2.824.406)
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	22.941.708	20.551.424

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(valores em euros)

	Rubricas	2014			2013
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	10.291.062	-	10.291.062	10.758.523
5	Prémios brutos emitidos	11.384.898	-	11.384.898	11.540.813
5	Prémios de resseguro cedido	(1.278.017)	-	(1.278.017)	(1.305.036)
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	193.059	-	193.059	582.213
5	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(8.877)	-	(8.877)	(59.467)
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(8.640.302)	-	(8.640.302)	(8.479.617)
	Montantes pagos	(9.294.748)	-	(9.294.748)	(9.901.412)
6;8; 21	Montantes brutos	(9.294.748)	-	(9.294.748)	(9.901.412)
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
	Provisão para sinistros (variação)	654.445	-	654.445	1.421.795
6; 21	Montante bruto	287.463	-	287.463	1.421.795
	Parte dos resseguradores	366.982	-	366.982	-
7; 21	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	152.744	-	152.744	333.342
	Custos e gastos de exploração líquidos	(2.195.842)	-	(2.195.842)	(2.166.427)
8	Custos de aquisição	(1.710.421)	-	(1.710.421)	(1.659.032)
8	Custos de aquisição diferidos (variação)	(6.721)	-	(6.721)	12.091
8	Gastos administrativos	(478.700)	-	(478.700)	(519.487)
	Rendimentos	790.926	-	790.926	789.173
9	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	790.571	-	790.571	789.173
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-		
9	Outros	356	-	356	
	Gastos financeiros	(179.288)	-	(179.288)	(224.953)
10	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	(31.263)	-	(31.263)	(48.873)
10	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	(62.624)	-	(62.624)	(119.902)
10	Outros	(85.401)	-	(85.401)	(56.178)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	116.945	-	116.945	149.742
11	De ativos disponíveis para venda	116.945	-	116.945	149.742
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Ganhos líquidos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
12	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-
	De ativos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-		
13	Outras provisões (variação)	-	(8.312)	(8.312)	(21.751)
14	Outros rendimentos/gastos	-	72.912	72.912	11.604
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	336.245	64.600	400.845	1.149.635
23	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	(16.765)	(16.765)	(96.299)
23	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(81.938)	(81.938)	(220.742)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	336.245	(34.102)	302.143	832.594

Técnico Oficial de Contas

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
	Balanço em 31 de Dezembro de 2012	12.500.000	2.500.000	23.414	5.854	-	(19.738.151)	1.093.977	(3.614.906)
28	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(40.516)	-		-	-	(40.516)
	Aplicação do resultado	-	-	-	-		1.093.977	(1.093.977)	-
	Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-		-	-	-
23	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(1.578)		-	-	(1.578)
	Total das variações do capital próprio	-	-	(40.516)	(1.578)		1.093.977	(1.093.977)	(42.094)
	Resultado líquido do período	-	-	-	-		-	832.594	832.594
	Balanço em 31 de Dezembro de 2013	**12.500.000**	**2.500.000**	**(17.102)**	**4.276**	**-**	**(18.644.174)**	**832.594**	**(2.824.406)**
28	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	8.680	-	-	-	-	8.680
	Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	832.594	(832.594)	-
	Aumentos/reduções de capital	(5.000.000)	(2.500.000)	-	-	1.688.420	17.811.580	-	12.000.000
23	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(2.507)	-	-	-	(2.507)
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-			-
	Total das variações do capital próprio	(5.000.000)	(2.500.000)	8.680	(2.507)	1.688.420	18.644.174	(832.594)	12.006.173
	Resultado líquido do período	-	-	-	-		-	302.143	302.143
	Balanço em 31 de Dezembro de 2014	**7.500.000**	**-**	**(8.422)**	**1.769**	**1.688.420**	**-**	**302.143**	**9.483.911**

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

Notas do Anexo		2014	2013
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		
	Reserva do justo valor		
28	Ativos financeiros disponíveis para venda	8.680	(40.516)
23	Impostos dos ativos financeiros disponíveis para venda	(2.507)	(1.578)
	Total outro rendimento integral do exercício depois de impostos	6.173	(42.094)
	Resultado líquido do exercício	302.143	832.594
	Total do rendimento integral do exercício	308.317	790.500

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(valores em euros)

	2014	2013
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prémios	11.345.586	11.513.912
Pagamentos de sinistros	(7.759.023)	(8.793.853)
Pagamentos de operações de resseguro	(1.290.973)	(1.200.247)
Pagamentos a fornecedores	(1.902.731)	(1.603.367)
Pagamentos ao pessoal	(1.417.772)	(1.160.550)
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento	(66.449)	(73.883)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	(130.629)	(164.136)
Fluxo das actividades operacionais	(1.221.991)	(1.482.124)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	9.530.750	20.761.435
Investimentos financeiros - DP		-
Juros e proveitos similares	614.308	866.812
Dividendos	-	-
	10.145.058	21.628.247
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(11.731.281)	(20.459.437)
Activos tangíveis	(55.949)	(126.726)
Activos intangíveis	-	-
	(11.787.230)	(20.586.164)
Fluxo das actividades de investimento	(1.642.172)	1.042.083
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	3.000.000	
Cobertura de prejuízos		
	3.000.000	
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(62.967)	(119.559)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
	(62.967)	(119.559)
Fluxo das actividades de financiamento	2.937.033	(119.559)
Variação de caixa e seus equivalentes	72.870	(559.600)
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período	184.636	744.236
Caixa e seus equivalentes no fim do período	257.506	184.636

Técnico Oficial de Contas

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

Notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

1. Informação Geral

Tendo obtido autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões (ASF) para explorar os ramos Não Vida a 13 de Dezembro de 2007, a N Seguros, S.A. ("N Seguros", "Companhia" ou "Seguradora") foi constituída a 28 de Dezembro de 2007 e iniciou a sua atividade a 1 de Fevereiro de 2008, através da exploração do ramo Automóvel por via de canais diretos, nomeadamente, por telefone e internet. Até 2011, a sua atividade incidiu, exclusivamente, na exploração deste ramo, através das modalidades Responsabilidade Civil, Veículos Terrestres e Pessoas Transportadas e, complementarmente, nos ramos Assistência e Proteção Jurídica. A partir do ano de 2012, a Companhia alargou a sua exploração para o ramo Acidentes e Doença com o intuito de diversificar a sua oferta e alargar a sua base de potenciais clientes.

Na sequência do processo de fusão por incorporação da Real Seguros, S.A. na Lusitania - Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por "Lusitania"), efetuada com referência a 31 de Dezembro de 2009, o capital da N Seguros passou a ser integralmente detido pela Lusitania.

Com sede na Zona Industrial da Maia I, Sector IX (Norte), Rua de João Moreira da Costa Maia - Lote 20, Moreira da Maia, a N Seguros encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o número de pessoa coletiva 508 310 334.

Em 2014, pelo segundo ano consecutivo, a produção do mercado segurador apresentou um crescimento significativa, face ao exercício anterior. Os valores divulgados pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões apontam para um volume total de negócio de 14,3 mil milhões de euros, o que representa um crescimento de 1,2 mil milhões e uma variação de 9,1%. No entanto, o crescimento verificado resultou, exclusivamente, do desempenho do ramo Vida, o qual apresentou um crescimento de 13%, fazendo com que este ramo atingisse valores superiores a 10,4 mil milhões de euros.

No que se refere aos ramos Não Vida, assistimos, em 2014, a uma ligeira contração de 0,1%, o que representa uma clara desaceleração face a anos anteriores. Quanto ao ramo Automóvel, no exercício findo a 31 de dezembro de 2014, o decréscimo do volume de prémios foi bastante mais substancial, verificando-se uma redução de 2% - menos 29 milhões de euros do que no ano anterior.

Ao nível do "mercado direto", composto por 4 seguradoras: N Seguros; Seguro Direto (Direct&Quixa); Via Direta e Seguros Logo, em 2014, de acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores e Resseguradores (APS), o peso relativo no volume total de prémios Não Vida e no volume total de prémios no ramo Automóvel mantiveram-se ao nível de 2013, isto é, 2,6% e 6,04%.

Em 2014, a quota de mercado da N Seguros manteve-se inalterada, quer nos ramos Não Vida (0,31%), quer ao nível do ramo Automóvel (0,72%). Quanto à sua quota no "mercado direto", esta sofreu uma ligeira redução face a 2012 (0,03%).

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de Março de 2014.

As demonstrações financeiras agora apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras de Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A., entidade que controla o acionista Lusitania, Companhia de Seguros S.A. As demonstrações financeiras de Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A, são, por sua vez, consolidadas no Montepio Geral Associação Mutualista.

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril e, subsequentemente, alterado pelas Normas n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de Dezembro e, ainda, de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor, tal como adotados na União Europeia, exceto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

2.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Em 2014, a Companhia adotou a IFRS4 e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 35. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.3. Novas normas e alterações existentes, que apesar de já estarem publicadas, apenas são de aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Janeiro de 2014 ou em data posterior

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 35.

2.4 Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A N seguros é uma empresa de seguro direto que exerce a sua atividade nos segmentos de negócio automóvel, acidentes e doença.

Quanto ao segmento automóvel, a Companhia disponibiliza diversos produtos que se diferenciam quer pelo tipo de cliente a que se dirigem, quer pelas coberturas oferecidas.

Atendendo à definição de critérios de agregação prevista no parágrafo 12 da IFRS 8, as coberturas de "Responsabilidade Civil", de subscrição obrigatória, e dos ramos "Pessoas Transportadas", "Assistência em Viagem" e "Proteção Jurídica", de subscrição facultativa, são alvo de tratamento integrado. Isto é, tendo em conta que a subscrição das coberturas facultativas depende da subscrição da cobertura de "Responsabilidade Civil", a Companhia considera que a sua agregação contribui para uma análise mais objetiva.

O segmento acidentes e doença será apresentado separadamente.

b) Operações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Europeia (UE) são convertidos para euros, utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.
Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e sujeitos a testes de imparidade, de acordo com o estabelecido na IAS 16.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2-12
Máquinas e ferramentas	4-10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4-10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base na seguinte taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a vida útil estimada dos ativos intangíveis:

- Despesas com aplicações informáticas - 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil. Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

e) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas: esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados;

- Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;

- Ativos financeiros a deter até à maturidade: nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro

em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso;

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial;

- Empréstimos concedidos e contas a receber: os empréstimos e contas a receber incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não admitidos a cotação num mercado ativo. São registados nesta categoria os depósitos a prazo em instituições de crédito.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas), (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação (*"trade date"*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, com exceção dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas) são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente mensurados ao justo valor, sendo as respetivas variações de valor reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos monetários disponíveis para venda (p.e. obrigações), o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre: (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados; (ii) as variações cambiais dos títulos da dívida por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais, prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, e técnicas de fluxos de caixa descontados, de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado (podendo recorrer, caso necessário, a entidades especializadas).

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39, datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos ativos obedeçam às características de cada categoria, nomeadamente: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar caraterísticas de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, se esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.
As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias.

v) Imparidade

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável cotados:

- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição sistematicamente; ou

- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo e para títulos não cotados:

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para a conta de ganhos e perdas.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui e se verifique que o evento que gerou perda de imparidade deixe de existir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. No caso dos títulos de rendimento variável (ex. ações), as perdas por imparidade reconhecidas não são recuperáveis.

De referir que para os instrumentos financeiros em imparidade, qualquer desvalorização (face ao seu custo de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidas) originará uma perda por imparidade adicional.

No que se refere aos ativos financeiros a deter até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são reconhecidos no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos ativos financeiros a deter até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

f) Instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Caso a Companhia considere reduzido o custo/benefício desta “bifurcação”, reconhece o ativo como um todo ao justo valor, com as variações reconhecidas em resultados. Os derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados são reconhecidos, respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de Ganhos e Perdas e como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de

transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e, (ii) subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Os passivos financeiros incluem o empréstimo subordinado constituído junto da Lusitania, Companhia de Seguros, SA.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Instrumentos de capital

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proveitos, líquidos de imposto.

j) Contratos de seguro

Os contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo os quais a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este, por troca de um prémio, no caso de um acontecimento futuro incerto o afetar de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados conforme a seguir indicado:

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados, essencialmente, pelos gastos por natureza imputados e, residualmente, por alguma remuneração contratualmente atribuída a mediadores pela angariação de contratos de seguro.

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos prémios ou renovação das respetivas apólices.

- **Ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa**

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, em particular, o estabelecido na circular n.º 9/2008, de 27 de Novembro.

Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão refletidos na rubrica "Recibos por cobrar".

O ajustamento de créditos de cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com exceção dos relativos a recibos de prémios por cobrar.

Os ajustamentos estão associados a um risco de incobrabilidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa. A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica, quer recorrendo posteriormente à via judicial.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método " pro-rata temporis ", por cada contrato em vigor. De acordo com a norma n.º. 19/94 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, o método "pro-rata temporis" é aplicado sobre os prémios comerciais acima citados, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com os referidos normativos, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

- **Provisão para sinistros**

Reconhece a estimativa efetuada das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais que possam ocorrer como consequência dos sinistros ocorridos e ainda não declarados naquela data (IBNR), nomeadamente as despesas de regularização de sinistros, calculadas com base nos dados históricos dos custos da função sinistros.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática também varia mediante a existência de danos corporais, e de acordo com a sua gravidade. Esta provisão pode ser revista, na sequência da análise de cada processo e ao longo da vida do sinistro, sofrendo os ajustamentos necessários de acordo com a informação recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros de Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas

A provisão para sinistros do ramo Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas é estimada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que exista nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para sinistros é avaliada/validada ao longo do ano, através de técnicas atuariais universalmente aceites.

- **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício. De acordo com o estipulado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, a provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesa e de cedência, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos, seja superior a 1. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não emitidos relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de 1.

l) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, e as condições estipuladas nos contratos de resseguro em vigor.

m) Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por

contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como, para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

i) Planos de benefícios Pós-emprego - Plano de contribuição definida

No dia 23 de Dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato coletivo de trabalho (Novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 2, de 15 de Janeiro de 2012.

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48ª do Novo CCT, "todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho".

Tendo em conta o disposto na cláusula 49ª do Novo CCT, a Companhia efetuou e efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano Civil	Percentagem do ordenado base anual
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

A primeira contribuição anual do empregador para o plano individual de reforma verificar-se -á:

- Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009 — no ano de 2012;

- Para os trabalhadores no ativo admitidos depois de 1 de Janeiro de 2010 — no ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia.

Este plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva a uma apólice de seguro de grupo. O plano individual de reforma deverá prever a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora, Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA. O novo plano de pensões (plano individual de reforma) passa a corresponder a um plano de contribuição definida em que a quantia dos benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados é determinada pela quantia de contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem sendo efetuadas.

ii) Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo do Novo CCT, a respetiva cláusula 41ª contempla a obrigação da Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, sendo o primeiro pago em 2013, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após o Colaborador completar 50 anos de idade e, logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

As responsabilidades da Companhia com os prémios de permanência são reconhecidas como um gasto na conta de ganhos e perdas no exercício a que respeita.

iii) Benefícios de saúde (beneficio de curto prazo)

A Companhia concede um benefício de assistência médica anual aos colaboradores no ativo. Este benefício é reconhecido como um gasto na conta de ganhos e perdas no exercício a que respeita.

iv) Bónus de desempenho (beneficio de curto prazo)

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

v) Estimativa para férias e subsídio de férias (beneficio de curto prazo)

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

o) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

p) Locações

A Companhia classifica as operações de locação em locações financeiras ou operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras toda as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em resultados, e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de automóveis.

q) Provisões, ativos e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o dispêndio futuro de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, mas existindo a obrigação, teremos um passivo contingente, o qual será apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados, pela Companhia, na aplicação dos princípios contabilísticos são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adotadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades presentes decorrentes de obrigações emanadas de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o

normativo existente e vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros (reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas) e (3) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia para o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, assim como, outros fatores. Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas. Para mais detalhes, ver a Nota 21.

b) Ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável cotados:

• uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou

• uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo e para títulos não cotados:

• existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo corrigido, desde a última data em que perdas por imparidade foram reconhecidas, independentemente dos critérios referidos acima.

d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por segmentos

A N Seguros é uma empresa de seguro direto que celebra contratos à distância, utilizando como canais de distribuição a internet e o telefone e que exerce a sua atividade nos seguintes segmentos de negócio – automóvel, acidentes e doença.

Cada segmento integra um conjunto de “produtos” ou “opções”, os quais disponibilizam diferentes coberturas, garantias e/ou capitais, adaptados a vários públicos-alvo ou necessidades específicas de determinados nichos de mercado.

Em termos geográficos, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O relato por segmentos da conta ganhos e perdas dos anos de 2014 e 2013 é apresentado nas tabelas seguintes:

(valores em euros)

RUBRICAS	2014				
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença	Não segmentado	TOTAL
Prémios Adquiridos	11.492.781	19.008	66.168	-	11.577.957
Custos com sinistros	(8.981.122)	(4.935)	(21.227)	-	(9.007.284)
Outras provisões e gastos técnicos	152.744		-	-	152.744
Margem Técnica	2.664.403	14.073	44.941		2.723.417
Resultado de Resseguro Cedido	(919.913)	-	-	-	(919.913)
Margem Técnica Líquida	1.744.491	14.073	44.941	-	1.803.504
Custos de exploração	(2.179.190)	(3.704)	(12.948)	-	(2.195.842)
Resultado de Exploração	(434.699)	10.369	31.992	-	(392.338)
Resultado financeiro	729.031	44	(492)	-	728.583
Resultado Técnico	294.332	10.413	31.501		336.245
Outros Custos e Proveitos não Técnicos	-	-	-	104.076	104.076
Imposto s/Rendimento	-	-	-	(138.178)	(138.178)
Resultado Líquido do Exercício	294.332	10.413	31.501	(34.102)	302.143

(valores em euros)

RUBRICAS	2013				
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença	Não segmentado	TOTAL
Prémios Adquiridos	12.115.169	1.890	5.967	-	12.123.026
Custos com sinistros	(8.477.146)	(69)	(2.402)	-	(8.479.617)
Outras provisões e gastos técnicos	332.387	955	-	-	333.342
Margem Técnica	3.970.409	2.777	3.565		3.976.751
Resultado de Resseguro Cedido	(1.364.503)	-	-	-	(1.364.503)
Margem Técnica Líquida	2.605.906	2.777	3.565	-	2.612.248
Custos de exploração	(2.164.930)	(356)	(1.142)	-	(2.166.428)
Resultado de Exploração	440.977	2.421	2.423	-	445.820
Resultado financeiro	713.995	(4)	(29)	-	713.962
Resultado Técnico	1.154.971	2.417	2.394		1.159.782
Outros Custos e Proveitos não Técnicos	-	-	-	(10.148)	(10.148)
Imposto s/Rendimento	-	-	-	(317.040)	(317.040)
Resultado Líquido do Exercício	1.154.971	2.417	2.394	(327.188)	832.594

5. Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

No ano de 2014, os prémios brutos emitidos de seguro direto registaram o valor de 11.384.898 euros, o que representa uma diminuição de 1,4% face ao exercício transato.

Nos quadros abaixo, apresentam-se os valores dos prémios adquiridos líquidos de resseguro, com detalhe por ramo, para os exercícios de 2014 e 2013.

(valores em euros)

2014	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos liquídos de resseguro
Seguro Direto						
Acidentes Pessoais	20.244	(1.236)	19.008	-	-	19.008
Doença	71.677	(5.509)	66.168	-	-	66.168
Automóvel	9.643.581	222.303	9.865.884	(82.355)	-	9.783.529
Responsabilidade Civil	7.554.547	205.703	7.760.249	(82.355)	-	7.677.894
Outras coberturas	2.089.035	16.600	2.105.635	-	-	2.105.635
Proteção jurídica	306.110	5.509	311.620	-	-	311.620
Assistência	1.343.286	(28.009)	1.315.278	(1.195.662)	(8.877)	110.738
Total	11.384.898	193.059	11.577.957	(1.278.017)	(8.877)	10.291.062

(valores em euros)

2013	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos liquídos de resseguro
Seguro Direto						
Acidentes Pessoais	2.006	(115)	1.890	-	-	1.890
Doença	6.540	(573)	5.967	-	-	5.967
Automóvel	9.968.503	526.143	10.494.646	(86.349)	-	10.408.297
Responsabilidade Civil	7.845.817	168.054	8.013.871	(86.349)	-	7.927.522
Outras coberturas	2.122.686	358.089	2.480.775	-	-	2.480.775
Proteção jurídica	322.086	15.031	337.118	-	-	337.118
Assistência	1.241.678	41.728	1.283.405	(1.218.687)	(59.467)	5.251
Total	11.540.813	582.213	12.123.026	(1.305.036)	(59.467)	10.758.523

A taxa de cedência de prémios de resseguro foi, em 2014, de 11,2% (em 2013 era de 11,3%).

6. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Na tabela seguinte são analisados os custos com sinistros, líquidos de resseguro, para os anos de 2014 e 2013:

(valores em euros)

	2014	2013
Montantes pagos	9.294.748	9.901.412
Montantes Brutos	9.294.748	9.901.412
Parte dos resseguradores	-	-
Provisão para sinistros	(654.445)	(1.421.795)
Montante bruto	(287.463)	(1.421.795)
Parte dos resseguradores	(366.982)	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	8.640.302	8.479.617

O valor dos custos imputados à função de sinistros (que se encontra acima incluído na rubrica de Montantes Pagos) foi de 1.379.749 euros, em 2014, e 1.153.291 euros, em 2013.
O quadro seguinte mostra o detalhe, por ramo, dos custos com sinistros líquidos de resseguro para os exercícios de 2014 e 2013:

(valores em euros)

	2014	2013
Montantes Pagos	9.294.748	9.901.412
Acidentes Pessoais	2.453	670
Doença	21.289	2.310
Automóvel	9.071.113	9.742.162
Responsabilidade Civil	7.525.301	7.863.914
Outras coberturas	1.545.812	1.878.248
Proteção jurídica	37.098	32.187
Assistência	162.794	124.083
Provisão para Sinistros	(654.445)	(1.421.795)
Acidentes Pessoais	2.482	(601)
Doença	(62)	92
Automóvel	(656.865)	(1.421.285)
Responsabilidade Civil	(445.211)	(1.097.855)
Outras coberturas	(211.654)	(323.430)
Proteção jurídica	-	-
Assistência	-	-
Total	8.640.302	8.479.617

Apresenta-se, agora, a informação quantitativa acerca do rácio de sinistralidade, rácio de despesas, rácio combinado e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos):

	2014	2013	Variação
Prémios Adquiridos	11.577.957	12.123.026	(545.069)
Custos com sinistros SD	7.627.535	7.326.326	301.209
Custos imputados função sinistros	1.379.749	1.153.291	226.458
Custos de exploração	2.195.842	2.166.427	29.415
Prémios de Resseguro	1.278.017	1.305.036	(27.018)
Rendimentos e Ganhos	907.871	938.915	(31.044)
Resultado técnico	336.245	1.159.782	(823.537)
(1) Rácio de sinistralidade	65,88%	60,43%	5,4%
(2) Rácio de despesas	30,88%	27,38%	3,5%
(3) Rácio combinado	99,96%	90,84%	9,1%
(4) Rácio operacional	2,90%	9,57%	-6,7%

7. Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

O saldo desta rubrica respeita à variação da provisão para riscos em curso, respeitante à libertação de 152.744 euros. Em 2013 a variação da provisão foi de 333.342 euros negativos.

8. Custos e gastos de exploração líquidos

Abaixo se apresentam os custos e gastos de exploração líquidos:

(valores em euros)

	2014	2013
Custos de aquisição		
Custos imputados	1.710.421	1.659.032
Custos de aquisição diferidos (variação)	6.721	(12.091)
Total de custos de aquisição	1.717.142	1.646.941
Custos administrativos		
Custos imputados	478.700	519.487
Total de custos administrativos	478.700	519.487
Custos e gastos de exploração líquidos	2.195.842	2.166.427

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indiretos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, pelas funções de Aquisição, Administrativa, Sinistros e Gestão dos investimentos.

A metodologia de imputação seguida no exercício de 2014 manteve-se em linha com a adotada em exercícios anteriores.

No exercício de 2014 os custos por natureza imputados pelas várias funções distribuem-se da seguinte forma:

2014 (valores em euros)

Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	428.727	235.093	720.144	38.817	1.422.781
Fornecimento e serviços externos	1.063.615	187.739	503.289	22.086	1.776.729
Impostos e Taxas	137.631	11.754	21.185	755	171.324
Depreciações do exercício	80.448	44.114	135.131	7.284	266.977
Juros suportados	-	-	-	62.624	62.624
Comissões	-	-	-	16.460	16.460
Total	1.710.421	478.700	1.379.749	148.025	3.716.896

2013 (valores em euros)

Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total
Custos com pessoal	330.902	274.788	598.966	10.701	1.215.358
Fornecimento e serviços externos	1.147.123	181.840	417.311	6.677	1.752.950
Impostos e Taxas	112.941	6.334	13.807	247	133.329
Depreciações do exercício	68.066	56.524	123.207	2.201	249.999
Juros suportados	-	-	-	119.902	119.902
Comissões	-	-	-	36.352	36.352
Total	1.659.032	519.487	1.153.291	176.080	3.507.890

Custos com pessoal

Os Gastos com o Pessoal apresentam a seguinte distribuição:

(valores em euros)

GASTOS COM O PESSOAL	2014	2013
Remunerações:		
Órgãos Sociais	11.920	13.530
Pessoal	1.030.720	915.839
Encargos sobre remunerações	229.482	198.561
Benefícios de cessação de emprego	6.559	-
Seguros obrigatórios	24.046	18.727
Gastos de ação social	34.113	22.583
Gastos com formação	58.102	33.707
Outros gastos com pessoal	8.360	8.741
Outros benefícios de longo prazo dos empregados	19.480	3.672
Total	1.422.781	1.215.358

O Conselho de Administração é composto por 2 elementos com funções executivas (Virgílio Manuel Boavista Lima e António Paulo Silva Gonçalves Raimundo), não recebendo remuneração pelos cargos exercidos, conforme detalhe das remunerações atribuídas, apresentado na Nota 29.

No final de 2014, a Companhia tinha ao seu serviço 68 trabalhadores (em 2013: 60), distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro abaixo:

	2014	2013
Direção	1	1
Chefias não comerciais	6	5
Técnicos	4	4
Comerciais	1	1
Administrativos	54	49
Estagiários	2	
Número médio de trabalhadores	68	60

Plano de benefícios pós-emprego (Novo CCT) – Contribuição definida

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores do Setor Segurador, cujo texto foi publicado no BTE nº2, de 15 Janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores. A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos trabalhadores que cumprem a regra referida acima.

A Companhia constituiu este Plano junto da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA., através de uma apólice de seguro de grupo denominada Plano Individual de Reforma (PIR), a qual garante todos os pressupostos previstos no contrato coletivo de trabalho, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

O montante das contribuições referentes a 2014 ascendeu a 19.480 euros.

Fornecimento e serviços externos

A desagregação por natureza é analisada como segue:

(valores em euros)

	2014	2013
Fornecimentos e Serviços Externos:		
Eletricidade	22.852	24.463
Combustíveis	7.319	5.079
Água	697	760
Impressos	6.092	6.803
Material de escritório	5.976	5.444
Livros e documentação técnica	219	208
Conservação e reparação	9.277	9.980
Rendas e alugueres	168.189	167.173
Despesas de representação	3.813	1.914
Comunicação	219.438	196.866
Deslocações e estadas	16.208	10.959
Seguros	6.439	6.047
Custos com trabalho independente	-	-
Publicidade e propaganda	762.240	790.866
Limpeza, higiene e conforto	9.588	9.426
Contencioso e notariado	868	380
Vigilância e segurança	34.096	34.096
Trabalhos especializados	351.800	342.919
Quotizações da atividade	25.808	25.185
Gastos com cobrança de prémios	125.811	114.384
Total	1.776.729	1.752.950

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Trabalhos Especializados" inclui os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas da Companhia, no âmbito da revisão legal de contas e outros serviços de garantia de fiabilidade, nos montantes de 38.975 euros e 4.120 euros, respetivamente, excluindo IVA.

Outros custos de estrutura

A decomposição dos restantes custos de estrutura é a seguinte:

(valores em euros)

	2014	2013
Taxa para o ISP	27.551	27.929
Taxa - Responsabilidade Civil Automóvel	143.661	105.313
Outros	112	88
Impostos e taxas	171.324	133.329
Ativos intangíveis (Nota 20)	-	-
Outros ativos tangíveis (Nota 19)	266.977	249.999
Depreciações e amortizações do exercício	266.977	249.999
Juros do empréstimo subordinado	62.624	119.902
Juros suportados	62.624	119.902
Comissões	16.460	36.352
Total	517.385	539.582

9. Rendimentos

Os rendimentos por categorias de ativos financeiros são analisados como segue:

(valores em euros)

	2014		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	356	356
Títulos de rendimento fixo	790.287	-	790.287
Empréstimos concedidos e contas a receber	284	-	284
Total	790.571	356	790.926

(valores em euros)

	2013		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	-	-
Títulos de rendimento fixo	730.467	-	730.467
Empréstimos concedidos e contas a receber	58.706	-	58.706
Total	789.173	-	789.173

10. Gastos financeiros

Na rubrica de gastos financeiros estão registados a (i) amortização à taxa efetiva dos títulos de rendimento em carteira, no valor de 31.263 euros (2013: 48.873 euros) e (ii) custos imputados à função

investimentos no valor de 148.025 euros (2013: 176.080 euros), dos quais 62.624 euros são juros do empréstimo subordinado (2013: 119.902 euros) (Ver nota 8).

11. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2014 e 2013, como segue:

	(valores em euros)		
	2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	116.945	-	116.945
Instrumentos de capital e unidades de participação	14.429	-	14.429
Títulos da dívida	102.516	-	102.516

	(valores em euros)		
	2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	156.613	(6.871)	149.742
Instrumentos de capital e unidades de participação	99.968	(5.442)	94.525
Títulos da dívida	56.645	(1.428)	55.217

12. Perdas de imparidade, líquidas de reversão

Nos exercícios de 2014 e 2013 não se verificaram pressupostos de reconhecimento de perdas de imparidade, não havendo movimentos a registar.

13. Outras provisões (variação)

Em 2014 foi registado um reforço na rubrica de Ajustamentos de recibos por cobrar no valor de 8.312 euros, ficando este ajustamento com o saldo final de 23.647 euros (em 2013 a variação foi de 11.083 euros, com saldo de 15.335 euros).

No exercício de 2014 não houve movimentos nos Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (em 2013 foi reconhecido um ajustamento no valor de 10.668 euros).

14. Outros rendimentos/gastos

A rubrica Outros rendimentos/gastos teve, em 2014 e 2013, a seguinte composição:

Outros rendimentos/gastos	(valores em euros)	
	2014	2013
Multas não fiscais	(240)	(30)
Multas fiscais	-	-
Outros gastos	(5.283)	(9.597)
Outros gastos e perdas financeiras	(6.496)	(12.257)
Outros gastos	(12.018)	(21.884)
Rendimentos e ganhos não correntes	74.414	
Outros rendimentos e ganhos financeiros	11.782	16
Outros	38.210	33.472
Outros rendimentos	124.406	33.488
Outros rendimentos/ (gastos)	112.388	11.604

Em Outros rendimentos –"Outros", encontram-se registados 36.108 euros decorrentes da partilha de receitas dos números 707 com a empresa AR Telecom, S.A. (valor da receita em 2013: 33.200 euros).

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	(valores em euros)	
	2014	2013
Caixa	175	2.199
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	257.331	182.437
Total	257.506	184.636

16. Ativos disponíveis para venda

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é analisado como segue:

(valores em euros)

2014	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	6.042.878	83.903	-	9.752	6.136.532
De emissores públicos	877.896	21.737	-	21.573	921.206
De outros emissores	5.164.982	62.166	-	(11.822)	5.215.326
Outros títulos de rendimento variável	424.842	153		5.058	430.053
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	6.467.720	84.056	-	14.810	6.566.585

Dos quais:	Nível I	Nível II	Nível III	Custo de aquisição	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	921.206	-	-	877.896	921.206
De outros emissores	1.996.666	-	3.218.660	5.164.982	5.215.326
Obrigações de rendimento variável					
De outros emissores	49.603			48.353	49.603
	2.967.475	-	3.218.660	6.091.231	6.186.135
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	380.450	-	-	376.507	380.450
	3.347.925	-	3.218.660	6.467.738	6.566.585

(valores em euros)

2013	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	998.400	7.095	-	21.928	1.027.423
De emissores públicos	-	-	-	-	-
De outros emissores	998.400	7.095	-	21.928	1.027.423
Outros títulos de rendimento variável	447.127	169		1.645	448.941
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.445.527	7.264	-	23.573	1.476.364

Dos quais:	Nível I	Nível II	Nível III	Custo de aquisição	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	-	-	-	-	-
De outros emissores	1.027.423	-	-	998.400	1.027.423
Obrigações de rendimento variável					
De outros emissores	47.169			47.127	47.169
	1.074.592	-	-	1.045.527	1.074.592
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	-	401.772	-	-	401.772
	1.074.592	401.772	-	1.045.527	1.476.364

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O montante da reserva de reavaliação ao justo valor em 31 de Dezembro de 2014 é de 14.810 euros. Este valor não reconcilia diretamente com a reserva de reavaliação ao justo valor dos ativos financeiros detidos para venda incluídos no capital próprio (valor registado negativo de 8.422 euros). O diferencial,

no valor negativo de 23.231 euros, é decorrente de uma operação de reclassificação de ativos financeiros inicialmente classificados como disponíveis para venda para a categoria de ativos a deter até a maturidade, em 2011. Esta reclassificação fixou o valor registado na reserva de reavaliação ao justo valor dos ativos que foram reclassificados, e que irá ser amortizado até à maturidade de todos os títulos reclassificados (ver Nota 18).

O Anexo 1 às notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras apresenta informação detalhada relativa ao inventário de participações sociais e outros ativos financeiros.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 12.

As principais contribuições para a reserva de justo valor, com referência a 31 de Dezembro de 2014, podem ser analisadas como segue:

(valores em euros)

Título	Custo amortizado	Juro decorrido	Reserva de justo valor		Valor de balanço
			Positiva	Negativa	
PGB 4.1% 15/04/37	294.685	8.440	11.742	-	314.867
SEMAPA - TV (20.04.2016)	48.352	153	1.098	-	49.603
BCPPL 3.375 27/02/17 - Tx. 3.38%	204.551	5.677	-	2.085	208.143
GALPPL 3% 14/01/21	606.384	8.384	-	16.572	598.196
REFER 4.047 16/11/26 - Tx. 4.05%	302.266	1.497	8.132	-	311.895
PORTEL 4.5 16/06/25	304.448	7.323	-	7.511	304.260
Fidelity America $ - fundos de ações	42.867	-	4.754		47.621
MS US Growth $	43.357	-	2.358		45.715
BGF European €	45.704	-	-	299	45.405
SCHRODER INTL EU EQ	45.558	-	-	749	44.809
FUNDO DE PARTICIPAÇÃO CEMG	199.002			2.102	196.900
OT 5,65% 02/15/2024	233.029	9.876	14.301		257.206
PARPUBLICA 3,567 09/22/20	350.182	3.420		4.470	349.133
CREDIT SUISSE 5.75 09/18/2025	559.766	8.192	6.214		574.172
MARTIFER SGPS SA - EM 9 05/09/2014 - 04/03/2015	650.000	13.203			663.203
QUIFEL HOLDING SGPS SA - EM3 04/09/2014 - 31/08/2015	700.000	14.730			714.730
SUMOL+COMPAL MARCAS SA - EM2 21/11/2014 - 01/07/2015	200.000	946			200.946
AQUAPOR SA - EM 14 09/12/2014 - 09/01/2015	400.000	1.594			401.594
MDS SGPS SA EM67 24/11/2014 - 23/02/2015	50.000	210			50.210
TAP SA EM2 27/11/2014 - 23/11/2015	100.000	409			100.409
ROLEAR MAIS EM18 22/04/2014 - 22/04/2015	146.849				146.849
DOURO AZUL EM1 20/02/2014 - 05/02/2015	49.737				49.737
ROLEAR MAIS EM19 22/04/2014 - 22/01/2015	49.793				49.793
DOURO AZUL EM3 20/03/2014 - 05/02/2015	49.735				49.735
ROLEAR MAIS EM21 22/10/2014 - 21/04/2015	147.060				147.060
JOSE MELLO SAUDE EM03 07/11/2014 - 06/05/2015	294.958				294.958
ETE SGPS EM4 05/12/2014 - 09/01/2015	249.654				249.654
SOMAGUE EM28 10/12/2014 - 12/01/2015	99.783				99.783
Total	6.467.720	84.055	48.598	33.788	6.566.585

A análise de sensibilidade da carteira de títulos a variações das taxas de juro encontra-se com mais detalhe na nota 30 – Gestão de Riscos, na componente do Risco de Mercado.

17. Empréstimos e contas a receber

Esta rubrica não apresenta movimentos nos exercícios de 2014 e 2013.

18. Investimentos a deter até à maturidade

Na sequência da publicação da Norma Regulamentar nº 4/2011, da ASF, a qual veio alterar as regras de cálculo da solvência anteriormente instituídas pela Norma Regulamentar nº 6/2007, da ASF, a Companhia decidiu proceder à reclassificação de 29 obrigações, classificadas como ativos disponíveis

para venda, para a classificação ativos a deter até à maturidade, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2011. Em 31 de dezembro de 2014 ainda se encontram em carteira 9 obrigações.
À data da reclassificação, a Companhia tinha intenção e capacidade de deter os referidos títulos até à maturidade.

À data de 31 de dezembro de 2014 a Companhia detinha um investimento de 11.853.566 euros em investimentos desta natureza, dos quais 807.447 respeitam a ativos reclassificados no exercício de 2011.

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de Dezembro de 2014:

	31-12-2014					
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Alisamento (P/L)	Juro Decorrido	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissões públicos						
HTM - OT - 3.35% (15.10.2015)	100.000	102.350	98.092	2.066	707	98.799
HTM - OT-4.45%-15.06.2018	100.000	111.000	93.788	1.060	2.426	96.215
HTM - OT-4.8%-15.06.2020	90.000	104.387	82.208	556	2.355	84.563
OT-3.6%-2014 (1)				2.747		-
OT - 4.375% JUNHO - 2003 / 2014 (1)				5.194		-
De outros emissores						
BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018	500.000	492.985	495.102	1.410	22.774	517.876
BRISA - 4.5% - 05.12.2016	350.000	373.541	353.599	(1.692)	1.122	354.720
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-8%-28.09.2015	650.000	682.864	656.976	(8.640)	13.392	670.367
PORTUCEL SA-5.375%-15.05.2020	600.000	642.678	611.085	(1.431)	4.031	615.116
PORTUGAL TELECOM SGPS,SA-6.25%-26/07/2016	200.000	206.406	206.385	(3.623)	5.347	211.732
REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018	200.000	216.628	202.420	(690)	7.549	209.969
SEMAPA-6.85%-30.03.2015	250.000	252.500	251.380	(5.359)	4.281	255.661
EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)	100.000	101.084	99.389	1.085	1.973	101.362
EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015	100.000	100.379	99.549	1.933	2.582	102.131
EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700.000	801.458	701.374	(343)	10.097	711.471
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	110.582	95.297	1.008	3.820	99.117
IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	50.000	52.503	49.125	389	379	49.504
PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	880.000	918.931	888.868	(1.705)	6.871	895.739
RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	100.000	104.776	99.269	325	815	100.084
REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200.000	228.276	200.222	(71)	1.978	202.200
BCP-TV-09.5.2014 (1)				2.400		-
BES-5.625%-2014 (1)				1.849		-
BCP - 5.625% - 23.04.2014 (1)				(169)		-
BRISA CONCESSAO ROD.-6.25%-05.12.2014 (1)				(3.323)		-
BANCO COMERCIAL PORT.-9.25%-13.10.2014 (1)				(8.901)		-
CRITERIA-4.125% (1)				623		-
MONTE PASC-4.75% (1)				(290)		-
BES - 3.875% - 21JAN2015	800.000	794.400	799.834	2.875	29.216	829.051
REN - 4.125% - 31JAN2018	700.000	701.400	700.870	(282)	26.423	727.293
CEMG 4% - 150521015	4.500.000	4.500.000	4.500.000		22.500	4.522.500
ROLEAR MAIS 19ª 22/04/2014 - 22/01/2015	150.000	142.585	149.397	6.812		149.397
DOURO AZUL SA 4ª 24-03-2014 - 05-02-2015	250.000	238.737	248.698	9.961		248.698
Total	11.670.000	11.980.449	11.682.927	5.773	170.639	11.853.566

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de Dezembro de 2013:

(Valores em Euro)

	31-12-2013					
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Alisamento (P/L)	Juro Decorrido	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissões públicos						
OT - 3.35% (15.10.2015)	100.000	100.035	96.027	2.152	707	96.734
OT - 4.375% JUNHO - 2003 / 2014	167.000	169.071	161.806	10.796	3.963	165.770
OT-3.6%-15.10.2014	200.000	201.700	197.253	3.427	1.519	198.772
OT-4.45%-15.06.2018	100.000	97.690	92.728	1.557	2.426	95.154
OT-4.8%-15.06.2020	90.000	85.109	81.651	1.221	2.355	84.007
OT 5,45% 9/2013 (1)				11.644		
De outros emissores						
BANCO COMERCIAL PORT.-9.25%-13.10.2014	300.000	314.940	308.901	(5.512)	6.006	314.907
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-TV-09.05.2014	80.000	79.190	77.600	6.409	42	77.642
BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018	500.000	508.515	493.692	1.086	22.774	516.466
BCP - 5.625% - 23.04.2014	100.000	100.966	100.169	(549)	3.884	104.053
BES-5.625%-05.06.2014	400.000	405.120	398.151	4.192	12.884	411.034
BRISA - 4.5% - 05.12.2016	350.000	364.186	355.291	(786)	1.122	356.413
BRISA CONCESSAO ROD.-6.25%-05.12.2014	200.000	204.000	203.323	(2.786)	868	204.191
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-8%-28.09.2015	650.000	705.965	665.616	(9.169)	13.392	679.008
PORTUCEL SA-5.375%-15.05.2020	600.000	637.212	612.516	(462)	4.031	616.548
PORTUGAL TELECOM SGPS,SA-6.25%-2016	200.000	214.570	210.007	(3.083)	5.347	215.355
REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018	200.000	205.294	203.110	(347)	7.549	210.659
SEMAPA-6.85%-30.03.2015	250.000	259.375	256.739	(3.773)	4.281	261.020
CRITERIA CAIXA CORP.-4.125%-20.11.2014	100.000	102.633	99.377	697	463	99.841
EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)	100.000	102.579	98.305	1.134	1.973	100.277
EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015	100.000	101.481	97.616	1.934	2.582	100.198
EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700.000	739.207	701.717	(55)	10.284	712.001
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	108.662	94.289	1.351	3.820	98.109
IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016	50.000	53.039	48.736	446	379	49.115
MONTE DEI PASCHI SIENA-4.75%-30.04.2014	100.000	100.156	100.290	(888)	3.188	103.479
PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019	880.000	921.536	890.573	(1.085)	6.871	897.444
RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016	100.000	105.850	98.944	379	815	99.759
REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200.000	207.208	200.293	(10)	1.952	202.245
BES-TV-2013 (1)				1.182		
PARPUB-3.5% 2013 (1)				3.989		
EFf HEL-4.375%13 (1)				1.237		
PT INT F-6%-2013 (1)				(667)		
BES - 3.875% - 21JAN2015	800.000	794.400	796.959		29.216	826.176
REN - 4.125% - 31JAN2018	700.000	701.400	701.152		26.423	727.575
CEMG 4% - 150521015	4.500.000	4.500.000	4.500.000		22.500	4.522.500
MARTIFER SGPS SA 7ª 11/09/2013 - 10/03/2014	700.000	700.000	700.000		13.688	713.688
RAPORAL SA 5ª 04/03/2013 - 27/02/2014	100.000	100.000	100.000		4.662	104.662
VIBEIRA TURISMO SA 9ª 29/05/2013 - 21/05/2014	200.000	188.814	195.427	6.613		195.427
ROLEAR MAIS 14ª 24-04-2014	150.000	140.025	146.791	6.766		146.791
ROLEAR MAIS 13ª 22/04/2013 - 22/01/2014	100.000	94.953	99.577	4.623		99.577
BIAL - PORTELA & CA SA 1ª 03-10-2013 - 01-04-2014	200.000	194.092	196.969	2.877		196.969
Total	14.367.000	14.608.972	14.381.596	46.541	221.967	14.603.563

(1)Estes títulos atingiram a sua maturidade no decorrer do ano de 2013

19. Outros ativos tangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2014 e 2013 são analisados como segue:

EM 31/12/2014

(valores em euros)

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	Valor Líquido
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo - Mobiliário	203.859	152.888		-	-	-	25.482	-	25.489
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas elétricas	22.417	17.080		-	-	-	2.669	-	2.668
Equipamento informático - Computadores	117.216	86.021	4.472	-	-	-	20.139	-	15.529
Instalações interiores - Obras diversas	1.542.850	925.715		-	-	-	154.285	-	462.850
Programas de computador	142.393	65.444	51.476	-	-	-	64.402	-	64.023
Equipamento informático	3.940	3.940		-	-	-	-	-	-
Total	2.032.675	1.251.088	55.949	-	-	-	266.977	-	570.559

EM 31/12/2013

(valores em euros)

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final Valor Líquido
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo - Mobiliário	203.860	127.406	-	-	-	-	25.482	-	50.971
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas elétricas	22.417	14.412	-	-	-	-	2.669	-	5.337
Equipamento informático - Computadores	79.582	65.916	37.634	-	-	-	20.103	-	31.196
Instalações interiores - Obras diversas	1.542.850	771.430	-	-	-	-	154.285	-	617.135
Programas de computador	53.300	17.985	89.092	-	-	-	47.460	-	76.948
Equipamento informático	3.940	3.940	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.905.949	1.001.089	126.726	-	-	-	249.999	-	781.588

Em 2014 foram adquiridos ativos tangíveis no valor de 55.949 euros, tendo sido mantidos os critérios para o cálculo das depreciações no exercício.

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2014 e 2013 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

20. Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2014 são analisados como segue:

(valores em euros)

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas com aplicações informáticas - Software Informático	469.481	469.481	-	-	-	-	-	-	-
Total	469.481	469.481	-	-	-	-	-	-	-

O ativo intangível encontra-se totalmente amortizado, e não foram registados quaisquer movimentos nesta rubrica no exercício de 2014.

21. Provisões técnicas, líquidas de resseguro cedido

De seguida, apresenta-se a descrição da decomposição das provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido para os exercícios de 2014 e 2013:

(valores em euros)

	2014			2013		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	2.756.975	354.236	2.402.740	2.943.313	363.113	2.580.200
Provisão para sinistros	8.081.059	366.982	7.714.078	8.505.441	-	8.505.441
Provisão para riscos em curso	228.210	-	228.210	380.955	-	380.955
Total	11.066.245	721.218	10.345.027	11.829.709	363.113	11.466.596

Provisão para prémios não adquiridos

De seguida, apresenta-se o detalhe, por ramo, da Provisão para Prémios Não Adquiridos e dos Custos de Aquisição Diferidos, para os exercícios de 2014 e 2013.

(valores em euros)

	2014			2013		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Prémios não adquiridos	3.244.401	354.236	2.890.165	3.437.460	363.113	3.074.347
Acidentes Pessoais	1.615	-	1.615	380	-	380
Doença	6.502	-	6.502	993	-	993
Automóvel	2.747.854	-	2.747.854	2.970.157	-	2.970.157
Proteção Jurídica	90.458	-	90.458	95.967	-	95.967
Assistência	397.972	354.236	43.736	369.963	363.113	6.850
Custos de aquisição diferidos	(487.426)	-	(487.426)	(494.147)	-	(494.147)
Acidentes Pessoais	(243)	-	(243)	(55)	-	(55)
Doença	(977)	-	(977)	(143)	-	(143)
Automóvel	(412.827)	-	(412.827)	(426.970)	-	(426.970)
Proteção Jurídica	(13.590)	-	(13.590)	(13.796)	-	(13.796)
Assistência	(59.790)	-	(59.790)	(53.183)	-	(53.183)
Total	2.756.975	354.236	2.402.740	2.943.313	363.113	2.580.200

Provisão para sinistros

A Provisão para Sinistros decompõe-se, por ramos, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, de acordo com o quadro seguinte:

(valores em euros)

	2014			2013		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para sinistros						
Acidentes Pessoais	2.510	-	2.510	29	-	29
Doença	30	-	30	92	-	92
Automóvel	8.078.519	366.982	7.711.538	8.505.320	-	8.505.320
Proteção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
Total	8.081.059	366.982	7.714.078	8.505.441	-	8.505.441

A provisão para sinistros inclui uma provisão, estimada no montante de 435.026 euros (em 2013 era de 580.347 euros), relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). Inclui, ainda, uma estimativa, no montante de 192.110 euros (em 2013 era de 228.513 euros), para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

Abaixo seguem os triângulos atuariais relativos à provisão para sinistros, bem como a indicação dos montantes pagos para os anos de ocorrência.

(valores em euros)

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
2008	2.521.884	838.760	793.531	511.347	343.504	194.111	128.180
2009		6.201.632	2.600.912	1.605.871	1.474.104	1.307.783	1.043.574
2010			7.738.759	1.909.137	1.214.034	766.203	455.024
2011				6.997.198	1.952.212	1.207.313	1.370.455
2012					4.893.399	825.498	400.775
2013						4.204.532	962.935
2014							3.720.116
Montantes pagos para os anos de ocorrência	1.855.418	7.558.358	9.517.242	11.020.490	11.004.731	9.901.412	9.294.748

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativo a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, em 2014, é o seguinte:

(valores em euros)

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/13 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/14 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	29	664	-	635
Doença	92	4.045	-	3.953
Automóvel	8.505.321	3.409.030	4.360.943	(735.347)
Responsabilidade Civil	7.786.812	2.918.004	4.216.550	(652.257)
Outras coberturas	718.509	491.026	144.393	(83.090)
Proteção jurídica	-	10.035	-	10.035
Assistência	-	44.036	-	44.036
Total	8.505.441	3.467.810	4.360.943	(676.688)

* Sinistros ocorridos em 2013 e anteriores

Em 2013, a mesma decomposição foi de acordo com o seguinte quadro:

(valores em euros)

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/12 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/13 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	630	528	1	(101)
Doença	-	225	1	226
Automóvel	9.876.623	3.549.264	4.300.907	(2.026.452)
Responsabilidade Civil	8.808.084	3.038.804	4.054.743	(1.714.538)
Outras coberturas	1.068.539	510.460	246.164	(311.915)
Proteção jurídica	-	9.388	-	9.388
Assistência	-	36.190	-	36.190
Total	9.877.253	3.595.595	4.300.909	(1.980.750)

* Sinistros ocorridos em 2012 e anteriores

No final do exercício de 2014, os custos com sinistros brutos, por ramo, eram de acordo com o seguinte:

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2014 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	-	2.453	2.482	4.935
Doença	12.603	8.687	(62)	21.227
Automóvel	7.902.396	1.168.717	(289.883)	8.781.230
Responsabilidade Civil	6.609.756	915.544	(78.229)	7.447.072
Outras coberturas	1.292.639	253.173	(211.654)	1.334.158
Proteção jurídica	-	37.098	-	37.098
Assistência	-	162.794	-	162.794
Total	7.914.998	1.379.749	(287.463)	9.007.284

Os custos com sinistros, a 31 de Dezembro de 2013, eram como segue:

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2013 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	470	200	(601)	69
Doença	1.657	654	92	2.403
Automóvel	8.745.994	996.167	(1.421.286)	8.320.875
Responsabilidade Civil	7.079.869	784.045	(1.097.855)	6.766.059
Outras coberturas	1.666.125	212.122	(323.431)	1.554.816
Proteção jurídica	-	32.187	-	32.187
Assistência	-	124.083	-	124.083
Total	8.748.121	1.153.291	(1.421.795)	8.479.617

Provisão para riscos em curso

A Provisão para riscos em curso decompõe-se, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, como segue:

(valores em euros)

	2014			2013		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para riscos em curso						
Acidentes Pessoais	-	-	-	-	-	-
Doença	-	-	-	-	-	-
Automóvel	228.210	-	228.210	366.429	-	366.429
Proteção Jurídica	-	-	-	2.992	-	2.992
Assistência	-	-	-	11.534	-	11.534
Total	228.210	-	228.210	380.955	-	380.955

22. Outros devedores por operações de seguros e por outras operações

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2014	2013
Recibos em cobrança (1)	1.659.075	1.598.165
Reembolsos de sinistros	55.715	36.971
Por operações de seguro direto	1.714.790	1.635.136
Pessoal	186	937
IDS (Idemnização Direta ao Segurado)	860.312	1.012.636
Outros devedores	136.031	87.176
Por outras operações	996.529	1.100.749
Outros devedores por operações de seguros e por outras operações	2.711.319	2.735.885

(1) A rubrica de recibos em cobrança inclui a receita antecipada não cobrada (correspondente aos recibos de prémio emitidos antes de iniciar o período de risco). Em 2014, o valor da receita antecipada à cobrança ascendeu ao valor de 1.528.327 euros (2013: 1.487.727 euros).

23. Ativos e Passivos por impostos

Em 31 de Dezembro de 2014 de 2013 as rubricas de ativos e passivos por impostos correntes apresentam a seguinte composição:

	(valores em euros)	
	2014	2013
Ativos por impostos correntes		
Reembolsos Segurança Social	5.671	5.624
Imposto sobre o rendimento	12.395	71.645
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	1.215	-
Total	19.281	77.269
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	105.144
Retenções na fonte	19.148	15.723
Imposto de selo	98.298	96.863
Taxa FGA	48.641	50.960
Taxa INEM	21.580	38.357
Taxa ISP	13.745	13.730
Contribuições para a Segurança Social e FCT	28.172	21.563
IVA	1.934	6.408
Total	231.518	348.748

Em 31 de dezembro de 2014 estima-se um imposto sobre o rendimento do exercício no montante de 98.703 euros.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício pode ser analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2014	2013
Imposto Corrente	16.765	96.299
Imposto Diferido	81.938	220.742
Imposto sobre o rendimento do exercício	98.703	317.041

Os quadros seguintes evidenciam a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva, nos exercícios de 2014 e 2013:

	(valores em euros)	
	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos - exercício de 2014	400.845	
IRC sobre o resultado antes de impostos	98.207	24,50%
Ajustamentos fiscais		
Benefícios Fiscais	(42.082)	
Valias	-	
Dividendos	-	-
Outros	(4.146)	
Excesso estimativa para impostos		
Tributação autónoma	10.488	
Imposto corrente não considerado anteriormente	(11.545)	
Prejuízos fiscais não considerados anteriormente	(27.931)	
Alteração de taxa imposto impostos diferidos	75.710	
Imposto sobre o rendimento do exercício	98.702	24,62%

	(valores em euros)	
	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos - exercício de 2013	1.149.635	
IRC sobre o resultado antes de impostos	304.653	26,50%
Ajustamentos fiscais		
Benefícios Fiscais	278	
Valias	(165)	
Outros	7.328	
Insuficiência de estimativa para impostos	(113)	
Tributação autónoma	5.060	
Imposto sobre o rendimento do exercício	317.041	27,58%

Foi registado, em 2014, um excesso de estimativa para imposto sobre o rendimento do exercício de 2013, no valor de 39.475 euros.

A taxa de imposto diferido para a Companhia é analisado como segue:

	2014	2013
Taxa IRC (a)	21,0%	23,0%
Taxa Derrama Municipal	1,5%	1,5%
Taxa Derrama Estadual	-	-
Total (b)	22,5%	24,5%

(a) aplicada aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais
(b) aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

Os impostos diferidos reconhecimentos no balanço são como segue:

(valores em euros)

	2014	Variação reconhecida em resultados	Variação em Capitais Próprios	2013
Impostos Diferidos Ativos	**257.257**	**(81.938)**	**(2.507)**	**341.702**
POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	1.769	-	(2.507)	4.276
Reserva de reavaliação de justo valor	1.769	-	(2.507)	
POR PREJUÍZOS FISCAIS	255.488	(81.938)	-	337.426
Movimentação ano		(6.227)	-	337.426
Acertos por alteração taxa		(75.710)	-	
Impostos Diferidos Passivos	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos Diferidos Ativos/(Passivos) líquidos	**257.257**	**(81.938)**	**(2.507)**	**341.702**

O reporte de prejuízos fiscais reconhecido em balanço tem caducidade em 2015, tal como informação que se segue:

(valores em euros)

	2014	2013
2015	255.488	9.946
2014	-	327.480
Total	255.488	337.426

O reporte de prejuízos fiscais não reconhecidos ascende a 466.555 euros, com caducidade em 2015.

O reporte de prejuízos fiscais reconhecidos nas contas tem por base o Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração para o período de 2015 a 2019. A este documento estão associados os seguintes pressupostos: uma taxa de desconto de *cashflows* de 11,44% e uma perpetuidade indicativa de 16,1, considerando uma taxa de crescimento dos prémios de 7,5% e uma taxa de crescimentos dos dividendos ao nível da taxa de inflação.

24. Acréscimos e diferimentos

Nesta rubrica do ativo e passivo estão contabilizados em 2014 e 2013 os seguintes acréscimos e diferimentos:

	(valores em euros)	
	2014	2013
Acréscimos e diferimentos ativos		
Outros acréscimos de rendimentos	-	17
Gastos diferidos com seguros	875	876
Outros gastos diferidos	17.270	12.415
Total	18.145	13.308
Acréscimos e diferimentos passivos		
Receita antecipada diferida	(1.528.327)	(1.487.727)
Juros a liquidar	-	(343)
Acréscimos de custos com remunerações	(189.836)	(184.827)
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não faturados ou não rececionados	(120.949)	(110.931)
Total	(1.839.112)	(1.783.828)

Relativamente à receita antecipada, ver explicação na Nota 22.

O valor registado em Acréscimos de custos com fornecimentos e serviços externos respeita a custos cujas faturas ainda não chegaram à Companhia e que são referentes a ações realizadas no final do exercício.

25. Afetação dos investimentos e de outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar os seus investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a afetação dos investimentos e de outros ativos é analisada como segue:

			(valores em euros)
	2014		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	257.506	-	257.506
Outros investimentos financeiros			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	588	588
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	380.450	-	380.450
Títulos de dívida	6.186.135	-	6.186.135
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	11.853.565	-	11.853.565
Outros ativos tangíveis	114.112	456.447	570.559
Outros ativos	-	3.724.733	3.724.733
Total	18.791.768	4.181.768	22.973.537

(valores em euros)

	2013		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	184.636	-	184.636
Outros investimentos financeiros			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	
Instrumentos de capital e unidades de participação	401.772	-	401.772
Títulos de dívida	1.074.593	-	1.074.593
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	14.603.563	-	14.603.563
Outros ativos tangíveis	156.318	625.270	781.588
Outros ativos	-	3.505.272	3.505.272
Total	16.420.882	4.130.542	20.551.424

A percentagem de cobertura das provisões técnicas pelos ativos afetos às provisões técnicas da Sociedade é, no exercício de 2014, de 256% (2013: 167%).

Não foram efetuadas alterações nos critérios de afetação dos ativos.

26. Outros passivos financeiros

Em 2014, face à autorização concedida pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a N Seguros S.A. procedeu à conversão do empréstimo subordinado, no montante de 9 milhões de euros, concedido a 30 de Dezembro de 2009 pela Lusitania – Companhia de Seguros S.A., em aumento de capital Social, extinguindo-se, assim, o mútuo entre as Companhias.
O montante dos juros pagos relativos a este empréstimo subordinado, em 2014, ascendeu a 62.624 euros (ver Nota 8) (2013: 119.902 euros).

27. Outros credores por operações de seguros e por outras operações

O detalhe desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2014	2013
Estornos a pagar	7.484	4.091
Por operações de seguro direto	7.484	4.091
Resseguradores conta corrente	213.015	225.971
Por outras operações de resseguro	213.015	225.971
Fornecedores	97.543	146.667
Pessoal	526	235
Outros credores	2.355	36.581
Por outras operações	100.424	183.483
Outros credores por operações de seguros e por outras operações	320.923	413.545

28. Capital próprio

Com o intuito de corrigir a situação dos capitais próprios da N Seguros, que à data de 31 de dezembro de 2013 apresentavam um valor negativo de 2.824 milhares de euros, e dar cumprimento às exigências impostas por via do Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propôs, em Assembleia Geral de 31 de março de 2014, um aumento do capital social em 14.500 milhares de euros realizado através da conversão em capital das prestações acessórias, no valor de 2.500 milhares de euros e de um empréstimo subordinado, no valor de 9.000 milhares de euros e ainda, através de novas entradas em dinheiro no valor de 3.000 milhares de euros. Subsequentemente, foi proposto a redução do capital social de 27.000 milhares de euros para 7.500 milhares de euros. Tendo sido aprovada pelo acionista, desta proposta resultou a cobertura dos prejuízos transitados acumulados e a diminuição do capital social para 7.500 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2014, o Capital próprio da Companhia ascendia ao valor de 9.484 milhares de euros.

Capital

O capital da Sociedade encontra-se representado por um milhão e quinhentos mil ações nominativas, com valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontravam subscritas e realizadas na totalidade pela Lusitania – Companhia de Seguros, SA.

A Companhia apresenta em uma margem de solvência adequada ao exercício da atividade, que se cifra, a 31 de dezembro de 2014, em 256%, (2013: 167%). Para mais detalhes, ver nota 31.

Outros Instrumentos de Capital

No seguimento da "Operação Harmónio", a Companhia procedeu, em 2014, à conversão, em capital social, das prestações acessórias realizadas pelo Acionista Único sob a forma de prestações suplementares, no montante de 2.500 milhares de euros. Não existe saldo nesta rubrica à data de 31 de dezembro de 2014 (2013: 2.500 milhares de euros).

Reserva de reavaliação

As reservas de reavaliação são analisadas como segue:

	(valores em euros)	
	2014	2013
Reservas:		
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	14.810	23.573
Justo valor de ativos financeiros reclassificados	(23.232)	(40.675)
Reserva por impostos diferidos	1.769	4.276
Total	(6.653)	(12.826)

Reservas livres

No seguimento da "operação harmónio", foram constituídas Reservas Livres" no montante de 1.688 milhares de euros.

Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

	(valores em euros)	
	2014	2013
Resultado Líquido do Exercício	302.143	832.594
Número total de acções (Nota 28)	1.500.000	2.500.000
Resultado por ação	0,20	0,33

29. Transações com partes relacionadas

A N Seguros, S.A. é detida a 100% pela Lusitania – Companhia de Seguros, S.A., cujo capital é detido em 95,4% pelo Montepio Seguros, SGPS e 4,6% por restantes acionistas.

Nos exercícios de 2014 e 2013 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos Órgãos sociais e Direção Executiva:

	(valores em euros)	
	2014	2013
Conselho Fiscal*	12.725	13.530
	12.725	13.530
Direção Executiva		
Remunerações	79.257	60.299
Encargos sociais	18.542	15.637
	97.799	75.936

*valor dos serviços prestados com IVA incluído

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por 2 elementos com funções executivas (Virgílio Manuel Boavista Lima e António Paulo Silva Gonçalves Raimundo), não recebendo qualquer remuneração pelos cargos exercidos.

A remuneração do Conselho Fiscal decompõe-se da seguinte forma:

	(valores em euros)	
	2014	2013
Conselho Fiscal		
Presidente do Conselho Fiscal	4.920	4.920
1º Vogal	4.305	4.305
2º Vogal *	3.500	4.305
	12.725	13.530

(valor dos serviços prestados com IVA incluído)
* isento de IVA em 2014

Em 2014 foi efetuado um acerto à remuneração registada em 2013 referente a um Vogal, decorrente da renúncia do Dr. Fernando Vassalo Namorado Rosa e nomeação do Dr. Armindo Marques Matias. Este acerto diz respeito à especialização do gasto com o imposto sobre o valor acrescentado, do qual o Vogal nomeado se encontra isento (ver Nota 8).

Atendendo ao disposto no n.º4 do art.63º do CIRC, identificamos a seguir as partes relacionadas com as quais a N Seguros transacionou bens ou serviços nos exercícios de 2014 e 2013:

- Caixa Económica Montepio Geral, S.A;
- Montepio Gestão de Ativos – SGFI, S.A.
- Montepio Crédito – Instituição Financeira de crédito S.A.
- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A;
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Nos exercícios de 2014 e 2013, as demonstrações financeiras da Companhia incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

	(valores em euros)					
	2014					
	Lusitania	Lusitania Vida	MG	MG GA	MG Credito	Total
Ativo						
Depósitos à ordem	-	-	173.935	-	-	173.935
Passivo						
Passivos Subordinados		-	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2.260	-	-	-	-	2.260
Capital Próprio						
Capital	7.500.000	-	-	-	-	7.500.000
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas						
Fornecimentos e Serviços Externos	(263.976)	(32.451)	-	16.460	(275)	(280.242)
Juros de depósitos	-	-	284	-	-	284
Juros de empréstimo subordinado	(62.624)	-	-	-	-	(62.624)
Outros rendimentos e ganhos	-	11.739	-	-	-	11.739

(valores em euros)

	2013					
	Lusitania	Lusitania Vida	MG	MG GA	MG Credito	Total
Ativo						
Depósitos à ordem	-	-	141.250	-	-	141.250
Passivo						
Passivos Subordinados	9.000.000	-	-	-	-	9.000.000
Outros credores por operações de seguros e outras operações	36.569	-	-	-	-	36.569
Capital Próprio						
Capital	12.500.000	-	-	-	-	12.500.000
Outros instrumentos de capital	2.500.000	-	-	-	-	2.500.000
Ganhos e Perdas						
Fornecimentos e Serviços Externos	(267.725)	(13.733)	-	-	-	(281.458)
Juros de depósitos	-	-	58.588	-	-	58.588
Juros de empréstimo subordinado	(119.902)	-	-	-	-	(119.902)
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	-	-

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado, nas respetivas datas.

30. Gestão de riscos

De seguida apresentar-se-ão, de forma breve, os princípios inerentes à gestão de riscos na N Seguros, os quais integram o enquadramento legal existente e a necessidade de equilibrar a gestão da performance da Companhia com a gestão dos respetivos riscos, contribuindo para um crescimento sustentável da Empresa.

O risco é um conceito usado para expressar as preocupações com os efeitos prováveis de um ambiente incerto. Como o futuro é desconhecido, diferentes ocorrências poderão ter um impacto significativo (positivo ou negativo) nas metas e objetivos da organização.

Gerir o risco não é mais do que considerar esta incerteza no contexto da estratégia de negócio. Trata-se, em resumo, de um processo que permite identificar, avaliar, gerir e controlar potenciais acontecimentos de forma a fornecer uma garantia razoável relativamente ao prosseguimento dos objetivos da organização.

Assim sendo, o processo de gestão de risco normalmente inicia-se com a identificação e avaliação dos diversos riscos a que a atividade está exposta. Tendo em conta o contexto da atividade seguradora, as referências para a identificação dos riscos foram as seguintes:

- Solvência II: O Pilar 2 determina a necessidade de integrar os requisitos qualitativos, nomeadamente o sistema de governação, que inclui mecanismos de gestão de riscos, de controlo interno, as funções-chave e o processo de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA);
- A Norma Regulamentar 14/2005 R, onde a ASF define os princípios gerais aplicáveis ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno nas empresas de seguros;
- A Circular 7/2009 da ASF: corresponde à Orientação Técnica que vem estabelecer um conjunto de princípios operacionais e orientações relativamente aos riscos identificados na Norma Regulamentar 14/2005, salientando e desenvolvendo alguns riscos que justificam uma abordagem detalhada.

Com efeito, as principais categorias identificadas para a N Seguros foram as que se seguem, definidas do seguinte modo:

a. Risco Estratégico: Risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas ao nível dos objetivos estratégicos da empresa, às estratégias de negócio desenvolvidas para atingir esses objetivos, bem como à implementação imprópria de decisões, insuficiência de recursos ou falta de capacidade de resposta às alterações em termos económicos, tecnológicos, competitivos, regulatórios ou a outras alterações ocorridas no mercado.

b. Risco Específico de Seguros: Risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

c. Risco de Mercado: Risco de movimentos adversos no valor de ativos da empresa relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário. Este risco inclui também os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e responsabilidades.

d. Risco de Crédito: Risco de incumprimento (*default*) ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa está exposta, bem como dos devedores, prestatários, tomadores de seguro e resseguradores que com ela se relacionem. Nos casos relacionados com a qualidade creditícia, o risco deverá também ser analisado como oportunidade, no caso da alteração se revelar mais positiva do que a anterior.

e. Risco de Concentração: Risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, linhas de negócio ou clientes, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou de solvência da empresa.

f. Risco de Liquidez: Risco que advém da possibilidade da empresa não deter os ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários, necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores, à medida que eles se vencem.

g. Risco Operacional: Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado às perdas originadas nas operações diárias da empresa.

h. Risco de Reputação: Risco da empresa incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Resulta também do desempenho da empresa nos outros riscos.

Das várias categorias de Risco identificadas, gostaríamos de abordar, de forma sucinta, as seguintes:

Risco Específico de Seguros

Existem várias vertentes associadas a este risco, nomeadamente: o desenho de produtos e a tarifação; a subscrição; o provisionamento das responsabilidades; a gestão dos processos de sinistro e o resseguro.

Uma das subcategorias mais importantes é o risco associado à subscrição. Aí estão representados os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo

das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões.

Risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados efetuadas em 2013 aos valores efetivamente verificados, apurou-se uma margem de conforto considerável:

Resumo do Custo com Sinistros IBNR Verificado Vs. Estimado

	RC D Corporais		
Ano de Ocorrência	Previstos	Verificados	Diferença
2008	601	42.795	(42.195)
2009	5.656	(7.414)	13.070
2010	10.445	(15.671)	26.115
2011	26.040	(14.950)	40.990
2012	59.991	33.571	26.420
2013	477.373	402.914	74.459
Total	580.106	441.246	138.859

Resumo dos sinistros IBNR de Responsabilidade Civil Verificados Vs. Estimados

	RC D Materiais			RC D Corporais			Outras Coberturas		
	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença
2008	-	-	-	-	-	-	1	1	-
2009	-	-	-	-	-	-	9	4	5
2010	-	-	-	-	-	-	19	8	11
2011	4	-	4	1	1	-	20	26	(6)
2012	20	15	5	5	7	(2)	41	4	37
2013	223	206	17	20	45	(25)	201	46	155
Total	247	221	26	27	53	(26)	291	89	202

Com o objetivo de testar a sensibilidade da variável mais relevante na Sociedade, optou-se por efetuar uma alteração na taxa de sinistralidade, onde se concluiu que uma variação de 5 pontos percentuais nesta variável (€ 493.294,21), relativamente a sinistros do exercício, implica uma alteração mais que proporcional, de 790.989,85 no resultado da Sociedade.

A N Seguros realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2014 Euros		Variação custos com sinistros								
		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
Variação custos de exploração	-20%	2.792	2.236	1.681	1.126	508	(357)	(1.223)	(2.089)	(2.955)
	-15%	2.706	2.151	1.595	1.040	381	(484)	(1.350)	(2.216)	(3.084)
	-10%	2.621	2.065	1.510	955	254	(612)	(1.477)	(2.346)	(3.219)
	-5%	2.535	1.980	1.424	869	127	(739)	(1.607)	(2.480)	(3.354)
	0%	2.449	1.894	1.339	784	-	(868)	(1.741)	(2.615)	(3.488)
	5%	2.364	1.809	1.253	698	(129)	(1.002)	(1.876)	(2.749)	(3.623)
	10%	2.278	1.723	1.168	610	(263)	(1.137)	(2.011)	(2.884)	(3.758)
	15%	2.193	1.638	1.081	475	(398)	(1.272)	(2.145)	(3.019)	(3.892)
	20%	2.107	1.551	988	341	(533)	(1.406)	(2.280)	(3.153)	(4.027)

2013 Euros		Variação custos com sinistros								
		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
Variação custos de exploração	-20%	3.137	2.531	1.925	1.319	506	(432)	(1.371)	(2.316)	(3.260)
	-15%	3.054	2.448	1.842	1.236	383	(556)	(1.501)	(2.445)	(3.389)
	-10%	2.971	2.365	1.759	1.153	259	(686)	(1.630)	(2.574)	(3.518)
	-5%	2.889	2.282	1.676	1.068	129	(815)	(1.759)	(2.704)	(3.648)
	0%	2.806	2.199	1.591	944	-	(944)	(1.889)	(2.833)	(3.777)
	5%	2.723	2.115	1.502	815	(129)	(1.074)	(2.018)	(2.962)	(3.906)
	10%	2.638	2.025	1.413	686	(259)	(1.203)	(2.147)	(3.091)	(4.036)
	15%	2.548	1.936	1.323	556	(388)	(1.332)	(2.276)	(3.221)	(4.165)
	20%	2.459	1.847	1.234	427	(517)	(1.461)	(2.406)	(3.350)	(4.294)

Para além do Risco Específico de Seguros, a N Seguros está exposta a uma variedade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Isto é, o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponde a uma incapacidade potencial de cumprir com as suas responsabilidades se os rendimentos gerados pelos ativos não cobrirem as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções de investimento, financiamento e de gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Risco de Mercado

Conforme definido anteriormente, o risco de mercado deriva em grande parte do nível e da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Na N Seguros, a gestão do risco de mercado é feita sobretudo através dos princípios constantes na sua política de Investimento, respeitando as regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente e pautando-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em finais de 2013, a sensibilidade da carteira (duration) a variações de 1 ponto percentual (p.p.) da taxa de juro de mercado situava-se nos 2,18. Para 2014, a duration aumentou para 2,48, refletindo, essencialmente, a extensão das maturidades médias das obrigações detidas em carteira.

N Seguros	dez-13	jun-14	dez-14
Duration	2,18	2,04	2,48

(Em número de anos)

Em 2014 e 2013, o impacto estimado no valor da carteira originado por uma variação de 100 "basis points" da taxa de juro apresenta a seguinte decomposição:

(valores em euros)

2014		-100 pb	+100 pb
Impacto:		464.299	(431.117)
Pressupostos:			
	Carteira de títulos analisada	**18.039.701**	
	Duration	**2,48**	
	Convexidade	**18,39**	
	Variação Taxa de juro (bp)	**100,0**	

(valores em euros)

2013		-100 pb	+100 pb
Impacto:		349.818	(334.604)
Pressupostos:			
	Carteira de títulos analisada	**15.678.155**	
	Duration	**2,18**	
	Convexidade	**9,70**	
	Variação Taxa de juro (bp)	**100,0**	

Risco de Crédito

Conforme anteriormente referido, o risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia das várias contrapartes.

Neste âmbito, consideramos pertinente efetuar algumas análises, nomeadamente, à qualidade creditícia do nosso painel de resseguradores, e à qualidade dos títulos de dívida em carteira.
No que diz respeito à qualidade creditícia dos resseguradores, apresentamos de seguida o rating dos elementos constantes no nosso painel.

RESSEGURADOR	2014	2013
EUROP ASSISTANCE	NR	NR
COMPAGNIE SUISSE DE RÉASSURANCES	AA-	AA-
MUNCHENER RUCKVERSICHERUNGS-GESELLSCHAFT	AA-	A
ASSURANCES MUTUELLES DE FRANCE	A	A
MAPFRE RE	A	A
NACIONAL REASSEGUROS PER AON BENFIELD	A-	A-
ODYSSEY RE PER AON BENFIELD	A	A
PARTNER RE PER AON BENFIELD	A+	A+
R+V PER AON BENFIELD	AA-	AA-
SCOR IBERICA LTD	A+	A+

No quadro seguinte podemos ver a qualidade dos títulos de dívida, possuídos em carteira pela Companhia:

(valores em euros)

Rating	2014	Peso	2013	Peso
AAA	-	0%	-	0%
AA	-	0%	-	0%
AA-	-	0%	-	0%
A+	-	0%	-	0%
A	-	0%	-	0%
A-	-	0%	-	0%
BBB+	49.504	0%	-	0%
BBB	773.373	4%	346.824	2%
BBB-	354.720	2%	-	0%
BB+	3.315.746	18%	2.827.754	18%
	1.451.357	8%	4.099.115	26%
BB-	2.114.534	12%	1.624.418	10%
B+	-	0%	246.142	2%
B	208.143	1%	-	0%
B-	5.040.376	28%	4.564.409	29%
CCC	-	0%	-	0%
CCC-	-	0%	-	0%
n.a.	4.731.947	26%	1.969.494	13%
Total	18.039.701	100%	15.678.155	100%

Como podemos verificar, os títulos de divida com rating igual ou superior a BB+ aumentaram o seu peso para 25% (em 2013 representavam 20%).

Adicionalmente, efetuou-se a desagregação dos títulos de dívida pelos vários setores de atividade:

(valores em euros)

Setor	2014	Peso	2013	Peso
Materiais Básicos	920.381	5%	877.568	6%
Comunicações	1.411.731	8%	1.112.799	7%
Bens de Consumo, Cíclico	-	0%	-	0%
Bens de Consumo, Não Cíclico	354.720	2%	356.413	2%
Energia	2.901.327	16%	973.942	6%
Financeiro	7.621.973	42%	8.436.387	54%
Estatal	851.650	5%	640.436	4%
Matérias Primas	663.203	4%	1.964.760	13%
Industrial	1.105.722	6%	965.048	6%
Diversificado	2.208.994	12%	350.803	2%
Total	18 039 701	100%	15 678 155	100%

Em 2014, de acordo com o apresentado, os títulos de dívida encontram-se mais diversificados do que em 2013, embora o setor financeiro e a dívida governamental representem uma fatia importante (46% do total.

De seguida, evidenciam-se os títulos de dívida por país de risco do emitente:

(valores em euros)

País de Risco	2014	Peso	2013	Peso
ALEMANHA	-	0%	-	0%
ESPANHA	248.705	1%	346.824	2%
ESTADOS UNIDOS	-	0%	-	0%
FRANÇA	-	0%	-	0%
GRÉCIA	-	0	-	0%
HOLANDA	-	0%	-	0%
ITÁLIA	-	0%	103.479	1%
PORTUGAL	17.216.824	95%	15.227.853	97%
SUIÇA	574.172	3%	-	0%
Total	18 039 701	100%	15 678 155	100%

É possível verificar que os títulos de dívida de emitentes portugueses representam 95% do total.

No quadro abaixo, apresentamos os títulos de dívida pública por país:

(valores em euros)

Divida pública	2014	Peso	2013	Peso
ALEMANHA	-	0%	-	0%
ESPANHA	-	0%	-	0%
ITÁLIA	-	0%	-	0%
PORTUGAL	1.200.783	100%	886.578	100%
HOLANDA	-	0%	-	0%
FRANÇA	-	0%	-	0%
Total	1.200.783	100%	886.578	100%

O valor dos títulos de dívida pública aumentou cerca de 35%, concentrando-se exclusivamente em Portugal.

Risco de Liquidez

Este risco advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com as suas responsabilidades perante tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando devidas.

No quadro seguinte, podemos verificar a maturidade dos títulos de divida em carteira:

(valores em euros)

Maturidade dos ativos	2014	Peso	2013	Peso
Até 12 meses	10.196.626	57%	2.932.611	19%
1 a 3 anos	973.787	5%	7.940.873	51%
3 a 5 anos	2.546.209	14%	2.046.285	13%
mais de 5 anos	4.323.079	24%	2.758.386	18%
Total	18.039.701	100%	15.678.155	100%

Durante o ano de 2014 foram alargadas as maturidades da carteira da N Seguros (os títulos com maturidade até 3 anos diminuíram o seu peso de 70% para 62%). Os títulos com maturidades mais longas aumentaram para 24%.
As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como segue, para 2014 e 2013:

Risco de Liquidez	**Maturidade**					
2014	**Até 12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**	**>=5 anos**	**Indeterminada**	**Total**
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	257.506	-	-	-	-	**257.506**
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	**-**
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	**-**
Outros investimentos	588	-	-	-	-	**588**
Activos disponíveis para venda	3.599.110	49.603	208.143	2.709.728	-	**6.566.585**
Dívida Pública	-	-	-	921.206	-	**921.206**
Outros Emissores	3.218.660	49.603	208.143	1.788.522	-	**5.264.929**
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	380.450	-	-	-	-	**380.450**
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	**-**
Investimentos a deter até à maturidade	6.977.966	716.040	2.546.209	1.613.351	-	**11.853.566**
Dívida Pública	98.799	-	96.215	84.564	-	**279.577**
Outros Emissores	6.879.167	716.040	2.449.994	1.528.787	-	**11.573.989**
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.677.004	-	-		-	**2.677.004**
Total dos Ativos Financeiros	**13.512.174**	**765.643**	**2.754.352**	**4.323.079**	**-**	**21.355.249**
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	**-**
Outros credores por operações de seguros e outras operações	320.923	-	-	-	-	**320.923**
Total dos Passivos Financeiros	**320.923**	**-**	**-**	**-**	**-**	**320.923**
Líquido	**13.191.250**	**765.643**	**2.754.352**	**4.323.079**	**-**	**21.034.326**

Risco de Liquidez	**Maturidade**					
2013	**Até 12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**	**>=5 anos**	**Indeterminada**	**Total**
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	184.636	-	-	-	-	**184.636**
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	**-**
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	**-**
Outros investimentos	-	-	-	-	-	**-**
Activos disponíveis para venda	401.772	739.372	89.078	246.142	-	**1.476.364**
Dívida Pública	-	-	-	-	-	**-**
Outros Emissores	-	739.372	89.078	246.142	-	**1.074.592**
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	401.772	-	-	-	-	**401.772**
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	**-**
Investimentos a deter até à maturidade	3.136.802	6.585.913	2.368.604	2.512.245	-	**14.603.563**
Dívida Pública	364.542	96.734	95.154	84.007	-	**640.436**
Outros Emissores	2.772.260	6.489.179	2.273.450	2.428.238	-	**13.963.127**
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.709.881	-	-	-	-	**2.709.881**
Total dos Ativos Financeiros	**6.433.092**	**7.325.285**	**2.457.682**	**2.758.386**	**-**	**18.974.445**
Passivos Financeiros	-	-	-	-	9.000.000	**9.000.000**
Outros credores por operações de seguros e outras operações	413.545	-	-	-	-	**413.545**
Total dos Passivos Financeiros	**413.545**	**-**	**-**	**-**	**9.000.000**	**9.413.545**
Líquido	**6.019.547**	**7.325.285**	**2.457.682**	**2.758.386**	**(9.000.000)**	**9.560.901**

Risco Operacional

Risco de perdas resultante da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Este risco está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui, ainda, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

Ao nível dos sistemas de informação, o modelo de redundância de gestão de sistemas existente na N Seguros permite à Companhia o acesso à informação em qualquer ponto do país, sem que ocorra disrupção na continuidade do negócio.
A gestão estratégica de ativos é decidida pelo Conselho de Administração, em conformidade com a política de investimento aprovada, e executada pela Direção Executiva. A gestão de ativos deve ser realizada dentro de um prudente equilíbrio entre segurança, rentabilidade e liquidez.

Política de Gestão de Risco

Na N Seguros, a gestão do risco assume um papel estratégico, de acordo com a missão, visão e valores da Empresa, e assenta em princípios da gestão integrada do risco, enquanto ferramenta de gestão estratégica, geradora de valor e que aporta vantagens competitivas, materializando-se na organização através de:

- Difusão de uma cultura de risco – envolvendo diversas áreas técnicas e operacionais da Companhia;
- Consideração de critérios de gestão de risco na tomada de decisões a nível estratégico, operacional e de controlo;
- Ligação do risco aos processos de negócio e suporte, os quais são transversais à atividade;
- Existência de uma dimensão de controlo.

A gestão integrada do risco traduz-se, assim, em ações a três níveis:

1.º Nível – Estratégico:

A gestão integrada de riscos tem como objetivos, num primeiro nível:

- A avaliação dos riscos;
- A definição do *risk appetite* e da *risk tolerance*;
- A integração do risco no processo de tomada de decisões estratégicas.

2.ºNível – Operacional:

- Num segundo nível temos a função de risco e controlo, responsável por definir a política de *risk management* e implementar os processos e ferramentas de avaliação, monitorização e gestão. Este processo de definição de controlos é descentralizado, tendo por base o conceito de donos de risco (*risk owners*).

3.º Nível – Controlo:

- Por último, o controlo associado a questões de *compliance*, estratégia, processos, políticas e procedimentos.

31. Solvência

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R, alterada pelas Norma Regulamentares 12/2008-R e 4/2011-R, emitidas pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões.

A margem de solvência da Companhia, em 2014 e 2013, apresenta-se conforme abaixo descriminado:

(valores em euros)

	2014	2013
Capital	7.500.000	12.500.000
Outros instrumentos de capital	-	2.500.000
Reservas	(8.422)	(17.102)
Reserva por Impostos Diferidos	1.769	4.276
Outras Reservas	1.688.420	-
Resultados Transitados	-	(18.644.174)
Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efetivas	302.143	832.594
Valor de Balanço	9.483.910	(2.824.406)
Ajustamentos	-	9.000.000
Margem de Solvência disponível	9.483.910	6.175.594
Margem de Solvência requerida	3.700.000	3.700.000
Rácio de Solvência	256%	167%

32. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2014, a N Seguros tinha registado na rubrica de Locações um contrato de locação operacional celebrado com a empresa Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A, pelo período de 48 meses.
Em 2013 terminou o contrato que a Companhia tinha com a Leaseplan Portugal, Lda.

Seguem-se valores das responsabilidades assumidas pela Companhia nos exercícios de 2014 e 2013:

(valores em euros)

	2014		
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5 anos
Aluguer Operacional de Viaturas	12.910	3.296	9.614
Total	12.910	3.296	9.614

(valores em euros)

	2013		
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5 anos
Aluguer Operacional de Viaturas	29.490	18.581	-
Total	29.490	18.581	-

33. Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(valores em euros)

ATIVOS	2014		2013	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	257.506	257.506	184.636	184.636
Investimentos a deter até à maturidade	11.853.565	12.285.403	14.603.563	14.883.492
Outros devedores	2.680.523	2.680.523	2.709.882	2.709.882
Total	14.791.594	15.223.432	17.498.081	17.778.010

PASSIVOS	2014		2013	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Passivos Subordinados	-	-	9.000.000	6.633.900
Outros Credores	324.443	324.443	413.545	413.545
Total	324.443	324.443	9.413.545	7.047.445

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Companhia são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que, por norma, estes ativos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes instrumentos é considerada no nível III.

Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os investimentos detidos até à maturidade foram avaliados no nível I e os passivos subordinados no nível II.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que, por norma, estes ativos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes instrumentos é considerada no nível III.

34. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

35. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à "IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas", com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a "IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas", com data efetiva de aplicação (de forma retrospetiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à

variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como "silos").

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a "IFRS 11 – Acordos Conjuntos", com data efetiva de aplicação (de forma retrospetiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define "controlo conjunto", introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num "acordo conjunto" determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida ("operação conjunta" ou "empreendimento conjunto"), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de "empreendimento conjunto" devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à "IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos", com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a "IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades", com data efetiva de aplicação (de forma retrospetiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.
O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como "entidades de investimento". O IASB define o termo de "entidade de investimento" como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de private equity, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (clearing counterparty) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação ("novação") que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de seria permitida.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à "IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros", com data efetiva de aplicação (de forma retrospetiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase "direito legal oponível corrente para compensar" significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.
Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

<u>A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:</u>

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de "condição de aquisição (vesting) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de "condição de desempenho" e "condição de serviço" da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da

depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

IFRS 1 – Conceito de "IFRS efetivas"

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portfolios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.
Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro hibrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" que substituirá o atual modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39.
Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por "prova objetiva de imparidade"), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adoção desta norma.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equity Method in Separate Financial Statements

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adoção desta norma.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
31 de Dezembro de 2014

(valores em euros)

Código	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
							unitário*	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E							
	OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
PTCMH2OE0011	CEMG 4% - 150521015		4.500.000	100,00		4.500.000	100,50	4.522.500
	sub-total		4.500.000			4.500.000		4.522.500
	total		4.500.000			4.500.000		4.522.500
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
PTCMHUIM0015	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO CEMG		220.000		0,90	199.002	0,90	196.900
	sub-total		220.000					196.900
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE5OE0007	PGB 4.1% 15/04/37		289.000	101,98		294.715	108,95	314.867
PTOTE3OE0017	OT - 3.35% (15.10.2015)		100.000	99,82		99.820	98,80	98.799
PTOTENOE0018	OT-4.45%-15.06.2018		100.000	100,40		100.397	96,21	96.215
PTOTECOE0029	OT-4.8%-15.06.2020		90.000	97,33		87.594	93,96	84.563
PTOTEQOE0015	OT 5,65% 02/15/2024		200.000	116,51		233.029	128,60	257.206
	sub-total		779.000			815.555		851.650
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTSEMCOE0006	SEMAPA - TV (20.04.2016)		50.000	92,09		46.047	99,21	49.603
PTBITIOM0057	BCPPL 3.375 27/02/17 - Tx. 3.38%		200.000	102,92		205.839	104,07	208.143
PTGALJOE0008	GALPPL 3% 14/01/21		600.000	101,10		606.587	99,70	598.196
PTCPECOM0001	REFER 4.047 16/11/26 - Tx. 4.05%		300.000	100,77		302.302	103,96	311.895
PTBENJOM0015	BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018		500.000	98,52		492.606	103,58	517.876
PTBRIHOM0001	BRISA - 4.5% - 05.12.2016		350.000	101,74		356.077	101,35	354.720
PTCG32OM0004	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-8%-28.09.2015		650.000	104,35		678.275	103,13	670.367
PTPTIHOT0014	PORTUCEL SA-5.375%-15.05.2020		600.000	102,16		612.979	102,52	615.116
PTPTCYOM0008	PORTUGAL TELECOM SGPS,SA-6.25%-2016		200.000	106,55		213.091	105,87	211.732
PTRELBOE0017	REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018		900.000	100,54		904.856	104,14	937.262
PTSEMEOE0004	SEMAPA-6.85%-30.03.2015		250.000	104,20		260.512	102,26	255.661
XS0230315748	PARPUBLICA 3,567 09/22/20		350.000	100,05		350.182	99,75	349.133
PTBLMXOM0019	BES - 3.875% - 21JAN2015		800.000	99,30		794.400	103,63	829.051
PTM51FJM0006	MDS SGPS SA EM67 24/11/2014 - 23/02/2015		50.000	100,00		50.000	100,42	50.210
PTA63BJM0000	AQUAPOR SA - EM 14 09/12/2014 - 09/01/2015		400.000	100,00		400.000	100,40	401.594
PTMF9AJM0265	MARTIFER SGPS SA - EM 9 05/09/2014 - 04/03/2015		650.000	100,00		650.000	102,03	663.203
PTQ06AJM0029	QUIFEL HOLDING SGPS SA - EM3 04/09/2014 - 31/08/2015		700.000	100,00		700.000	102,10	714.730
PTSU1BJM0003	SUMOL+COMPAL MARCAS SA - EM2 21/11/2014 - 01/07/2015		200.000	100,00		200.000	100,47	200.946
PTT36BJM0003	TAP SA EM2 27/11/2014 - 23/11/2015		100.000	100,00		100.000	100,41	100.409
PTR35AJM0114	ROLEAR MAIS EM21 22/10/2014 - 21/04/2015		150.000	96,84		145.264	98,04	147.060
PTR35AJM0098	ROLEAR MAIS 19ª 22/04/2014 - 22/01/2015		200.000	95,06		190.113	99,59	199.189
PTD17AJM0039	DOURO AZUL SA 4ª 24-03-2014 - 05-02-2015		250.000	95,49		238.737	99,48	248.698
PTD17AJM0005	DOURO AZUL EM1 20/02/2014 - 05/02/2015		50.000	95,10		47.551	99,47	49.737
PTR35AJM0080	ROLEAR MAIS EM18 22/04/2014 - 22/04/2015		150.000	93,46		140.195	97,90	146.849
PTD17AJM0021	DOURO AZUL EM3 20/03/2014 - 05/02/2015		50.000	95,45		47.724	99,47	49.735
PTJ27BJM0006	JOSE MELLO SAUDE EM03 07/11/2014 - 06/05/2015		300.000	97,62		292.849	98,32	294.958
PTE31FJM0001	ETE SGPS EM4 05/12/2014 - 09/01/2015		250.000	99,46		248.660	99,86	249.654
PTS04DJM0000	SOMAGUE EM28 10/12/2014 - 12/01/2015		100.000	99,41		99.406	99,78	99.783
	sub-total		9.350.000			9.374.251		9.525.511
	total	0	10.349.000			10.189.806		10.574.061
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 Acções							
	sub-total	0				0		0
	2.2.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0048573561	Fidelity America $ - fundos de ações	6.465			6,64	42.907	7,37	47.621
LU0073232471	MS US Growth $	881			49,19	43.336	51,89	45.715
LU0011846440	BGF European €	450			101,57	45.704	100,90	45.405
LU0161305759	SCHRODER INTL EU EQ	790			57,67	45.558	56,72	44.809
	sub-total	8.586				177.505		183.550
	2.2.2 Títulos de dívida							
	2.2.2.1 De dívida pública							
	sub-total		0			0		0
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0221295628	EDP FINANCE BV - 3.75% (22.06.2015)		100.000	100,16		100.162	101,36	101.362
XS0495010133	EDP FINANCE BV-3.25%-16.03.2015		100.000	99,42		99.417	102,13	102.131
XS0970695572	EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020		700.000	100,25		701.772	101,64	711.471
XS0479541699	GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018		100.000	99,87		99.868	99,12	99.117
XS0548801207	IBERDROLA FINANZAS SAU-3.5%-13.10.2016		50.000	99,86		49.929	99,01	49.504
XS0462994343	PORT.TELECOM INT.FIN.-5%-04.11.2019		880.000	102,03		897.867	101,79	895.739
XS0545097742	RED ELECTRICA FINAN.BV-3.5%-07.10.2016		100.000	100,20		100.202	100,08	100.084
XS0982774399	REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020		200.000	100,15		200.303	101,10	202.200
XS0221854200	PORTEL 4.5 16/06/25		300.000	101,55		304.651	101,42	304.260
XS0972523947	CREDIT SUISSE 5.75 09/18/2025		500.000	111,95		559.766	114,83	574.172
	sub-total		3.030.000			3.113.937		3.140.040
	total	8.586	3.030.000			3.291.442		3.323.590
	3 - TOTAL GERAL	8.586	17.879.000			17.981.247		18.420.151

* Inclui o valor dos juros decorridos

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A. 2014
Anexo 2

(valores em euros)

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/13 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/14 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	29	664		635
Doença	92	4.045		3.953
Automóvel	8.505.321	3.409.030	4.360.943	(735.347)
Responsabilidade Civil	7.786.812	2.918.004	4.216.550	(652.257)
Outras coberturas	718.509	491.026	144.393	(83.090)
Proteção jurídica	-	10.035	-	10.035
Assistência	-	44.036	-	44.036
Total	8.505.441	3.467.810	4.360.943	(676.688)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A. 2014
Anexo 3

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2014 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Acidentes Pessoais		2.453	2.482	4.935
Doença	12.603	8.687	(62)	21.227
Automóvel	7.902.396	1.168.717	(289.883)	8.781.230
Responsabilidade Civil	6.609.756	915.544	(78.229)	7.447.072
Outras coberturas	1.292.639	253.173	(211.654)	1.334.158
Proteção jurídica	-	37.098	-	37.098
Assistência	-	162.794	-	162.794
Total	7.914.998	1.379.749	(287.463)	9.007.284

Técnico Oficial de Contas

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

N SEGUROS, S.A. 2014
Anexo 4

(valores em euros)

Discriminação de alguns valores por ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos	Saldo de Resseguro
Seguro Directo					
Acidentes Pessoais	20.244	19.008	4.935	3.704	
Doença	71.677	66.168	21.227	12.948	
Automóvel	9.643.581	9.865.884	8.781.230	1.868.440	284.627
Responsabilidade Civil	7.554.547	7.760.249	7.447.072	1.468.360	284.627
Outras coberturas	2.089.035	2.105.635	1.334.158	400.080	
Proteção jurídica	306.110	311.620	37.098	59.065	
Assistência	1.343.286	1.315.278	162.794	251.685	-1.204.540
Total	11.384.898	11.577.957	9.007.284	2.195.842	-919.913

Técnico Oficial de Contas

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima

António Paulo Gonçalves Raimundo

N Seguros, S.A.
Zona Industrial da Maia I - Sector IX - Lote 20
Moreira da Maia 4470-440 Maia
info@nseguros.pt www.nseguros.pt
Tel 707 50 25 25 Fax 220 90 77 77

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Exercício de 2014

N SEGUROS, S.A.

N SEGUROS

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

30 de março de 2015

Mod. N100 / 03-0309

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11°
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **N Seguros, S.A. ("Companhia")**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 22.941.708 euros, e um total de capital próprio de 9.483.910 euros, incluindo um resultado líquido de 302.143 euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações dos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.° 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.° 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.° 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **N Seguros, S.A. ("Companhia")**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 27 de Março de 2015

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

SEGUROS
Grupo Montepio

N Seguros, S.A.
Zona Industrial da Maia I - Sector IX - Lote 20
Moreira da Maia 4470-440 Maia
info@nseguros.pt www.nseguros.pt
Tel 707 50 25 25 Fax 220 90 77 77

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2014

N SEGUROS, S.A.

N SEGUROS

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

30 de março de 2015

Mod. N1001/03 0309

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da N Seguros, SA., vem apresentar o relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de 2014 e bem assim emitir Parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício, nos termos da legislação em vigor.

Manteve o Conselho Fiscal contactos frequentes com a Administração, acompanhando de perto a evolução da Companhia e recebendo sempre as informações e os esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal acompanhou igualmente a atividade desenvolvida pela KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., tendo recebido em tempo útil a Certificação Legal de Contas e a Confirmação da Independência como auditores.

A Certificação Legal de Contas, emitida sem ênfases merece a concordância do Conselho Fiscal, que destaca ainda como factos relevantes ocorridos no exercício:

- A regularização da situação relativa aos Capitais Próprios que em 31.12.2013 se situavam num valor negativo de 2 824 milhares de euros e que em 31.12.2014 apresentam um valor positivo de 9 484 milhares de euros, os quais contemplam já o resultado do exercício no montante de 302 milhares de euros, permitindo assim dar cumprimento às exigências do Artº 35º, do Codigo das Sociedades Comerciais;
- Ter sido o Resultado Líquido do Exercício afetado por um conjunto de sinistros atípicos, os quais obrigaram ao ajustamento das correspondentes Provisões.

No decurso dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração todas as informações recebidas e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2014;
2. Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício de 2014;
3. Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido voto de louvor pelo seu empenho e competência.

Lisboa, 27 de março de 2015

O Conselho Fiscal

José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
Presidente

António Pedro Sá Alves Sameiro
Vogal

Armindo Marques Matias
Vogal